

O SATELITE SOVIÉTICO PROSSEGUE NA SUA ÓRBITA

Lançam-se à
Greve os
Trabalhadores
Paulistas

VOZ OPERÁRIA

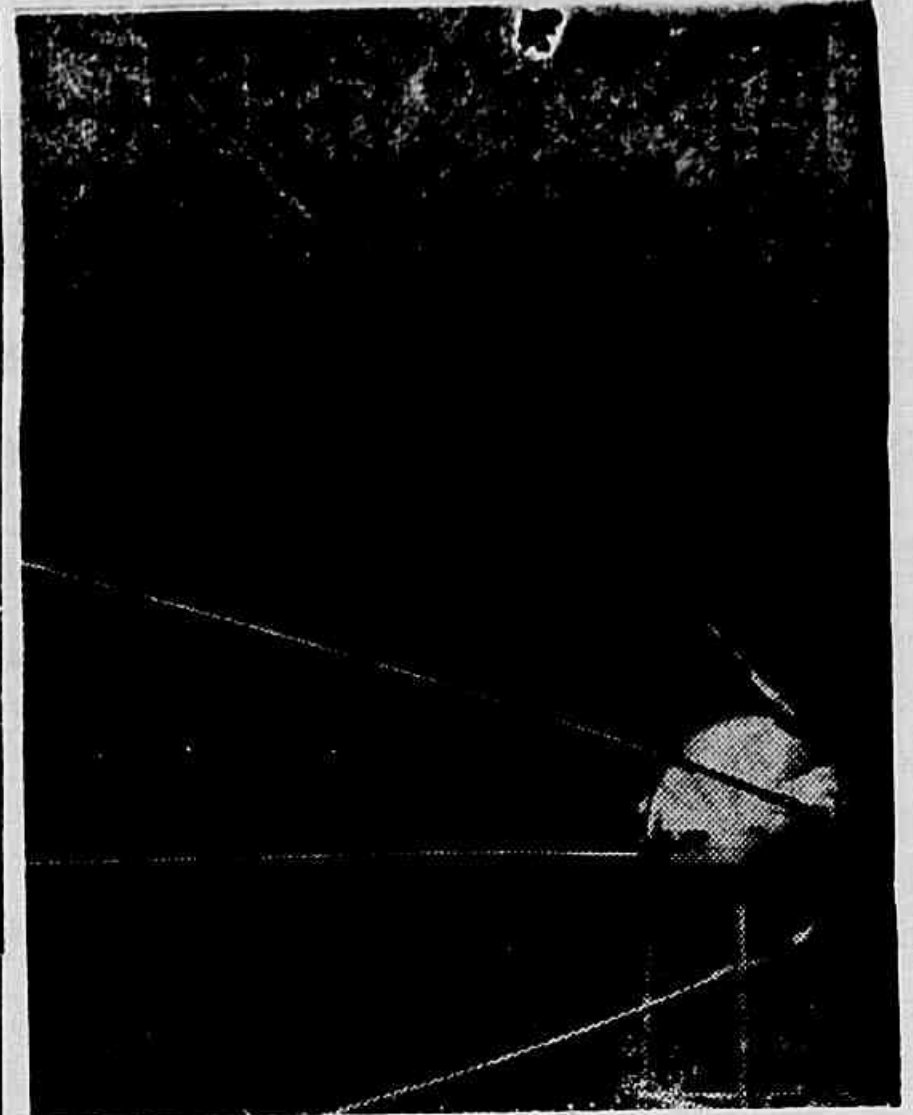
N.º 437 ★ RIO DE JANEIRO, 10 DE OUTUBRO DE 1957



São 400.000 os operários grevistas de São Paulo. No clichê, vemos os gráficos, com a bandeira do seu Sindicato, quando deflagravam o movimento paredista exatamente na hora marcada (Ampla reportagem na página central).

nesto número

- **Continuam em armas os posseiros do Paraná** — (Nas páginas terceira e central)
- **QUARENTA ANOS** — artigo de Palmiro Togliatti (Na 5ª página)
- **A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO** — Artigo de Ramiro Luchesi (Na 5ª página)
- **OS PROJETOS DO GOVERNO NO SETOR DA ELETRICIDADE** (Na 12ª página)
- **OPERÁRIOS E CAPITALISTAS AGITAM S. PAULO COM AS SUAS REIVINDICAÇÕES** (Na 3ª página)



Já há quinze dias, o planeta Terra possui um novo acompanhante, de fabricação exclusivamente humana: o satélite artificial criado pela ciência soviética e lançado, com absoluto êxito, na URSS, a 4 de outubro último. O satélite de fabricação soviética, feito dos mais marcantes na história da ciência mundial, prossegue esplendidamente em sua órbita, circulando com regularidade ao redor da Terra, sem cessar de emitir os seus sinais característicos. Enquanto isto, as agências telegráficas anunciam que fracassou mais uma experiência com um projétil balístico nos Estados Unidos. O clichê acima apresenta uma fotografia oficial do satélite de fabricação soviética, publicada na "Pravda", mostrando as antenas de que está munido o já tão famoso "Sputnik".

A SITUACÃO nacional se caracteriza por uma acentuação dos movimentos reivindicativos das mais diferentes classes e camadas sociais. Esses movimentos abrangem grandes massas, assumindo, em alguns casos, formas vigorosas, que agitam o panorama nacional. O fundo do panorama é uma situação econômica cheia de sérias dificuldades, agravadas pelo fato de que a política do governo, em uma série de questões essenciais, não corresponde aos interesses das massas populares nem às mais prementes necessidades da nação.

A CLASSE operária, cuja participação no movimento nacionalista é destacada, luta com energia em defesa do seu nível de vida, atingido pela inflação, que, ao contrário das afirmações governamentais, continua ascendendo. Demonstração da combatividade da classe operária é agora a greve de cerca de 400.000 trabalhadores em São Paulo. Esta é a resposta viril e legítima do proletariado paulista à intransigência patronal, que pretende descarregar sobre os ombros das massas trabalhadoras o peso das dificuldades econômicas. O proletariado luta pelos seus interesses específicos de classe e, ao mesmo tempo, assume uma posição patriótica, apontando como saída para o agravamento da situação econômica a emancipação de nosso país do jugo do imperialismo norte-americano.

O MOMENTO atual tem também como traço característico o alto nível combativo das lutas dos posseiros do Paraná, cujo movimento já se transformou numa questão de importância nacional. Os posseiros defendem os seus direitos de armas na mão, ocupam cidades e instituem o seu próprio governo, dado que não podem ter qualquer confiança nas autoridades subor-

Novas Soluções Para A Crise Que Ameaça

dinadas ao governador-grileiro Moisés Lupion. Urge a solidariedade nacional aos posseiros, cuja causa é eminentemente progressista. A garantia legal da terra àqueles que a desbravaram e cultivam é o mais elevado princípio de progresso, nas atuais condições, para a agricultura brasileira. Esta solução legal, que os posseiros são obrigados a reivindicar de armas na mão, em defesa de seus bens e de sua vida, pode ser alcançada e, embora restrita ao sudoeste do Paraná, virá a ter imensa significação para fortalecer o movimento camponês em todo o país.

ENTRETANTO não são somente os operários e camponeses, forças motoras fundamentais das transformações democráticas, que desenvolvem lutas vigorosas pelas suas reivindicações. As camadas médias — estudantes, funcionários civis e militares, etc., — participam do movimento nacionalista com uma consciência patriótica mais elevada e se batem contra a alta de preços e por melhores vencimentos.

A INSATISFAÇÃO nos círculos da burguesia nacional é cada vez maior. Os industriais exigem a cessação da política de retração do crédito, que prejudica as empresas nacionais, particularmente as de menores recursos, favorecendo as grandes empresas imperialistas. Os industriais exigem igualmente a abolição da política de discriminação contra o capital nacional em favor do capital estrangeiro. Em amplos círculos da indústria, do comércio e da lavoura, aumenta o clamor pela abertura de novos mercados externos através do estabelecimento de relações

com a União Soviética e os demais países socialistas.

Cresce em vários Estados, sobretudo em Minas Gerais e no nordeste, um amplíssimo movimento contra os trustes imperialistas de eletricidade, reivindicando inclusive rescisão de contratos e medidas de encampação. Todo um ramo da economia — a triticultura — se ergue unido contra o acordo entreguista de importação de excedentes de trigo norte-americano. O amplo movimento da triticultura sulina já empôs ao governo do sr. Juscelino Kubitschek uma manobra de recuo, que, entretanto, não satisfaz, porque a solução só pode consistir na revogação do iníquo acordo.

A PRESSÃO dos círculos econômicos sobre o governo federal se acentua à medida em que se agravam as dificuldades em dois setores fundamentais da nossa economia: o comércio exterior, atingido pela queda do café, e a indústria têxtil — principal ramo da indústria brasileira, — que se vê a braços com estoques acumulados e falta de crédito, levando, sobretudo no norte e nordeste à redução do trabalho e à queda na produção.

EM CONSEQUÊNCIA de tudo isto, faz-se visível o isolamento cada vez mais perigoso do governo do Sr. Juscelino Kubitschek, cuja impopularidade é crescente. A sua base política e social se estreita, enquanto se ampliam os setores nacionais que se voltam contra ele, avolumando a pressão no sentido de determinadas modificações. A pressão sobre o governo também se avoluma do outro lado, isto é, por parte do imperialismo norte-americano, que se aproveita das dificuldades econômicas

do país para exigir a liquidação do monopólio estatal do petróleo e outras concessões em diferentes esferas da economia. O governo do sr. Juscelino Kubitschek se acha, por conseguinte ameaçado de ficar em situação extremamente crítica. Só conseguirá evitá-la e encontrar uma saída efetiva se se encaminhar, com decisão, sem perda de tempo para uma profunda modificação de caráter nacionalista e democrático em sua política interna e externa.

É POR esta modificação, possível dentro dos marcos da legalidade constitucional, que se batem as correntes populares e nacionalistas e que os comunistas em particular colocam como seu objetivo principal nas condições atuais. O governo precisa abandonar a trilha, que está seguindo, alterar a sua composição, substituindo os entreguistas, que ocupam postos-chave, por verdadeiros nacionalistas, e cessar de fazer concessões antinacionais ao imperialismo norte-americano. Somente uma política que implique em medidas efetivas contra a carestia da vida, pela reforma agrária e de defesa do desenvolvimento industrial, em bases independentes, somente uma política exterior, que rompa sem vacilações a tradicional submissão ao imperialismo norte-americano, pode garantir ao governo uma ampla base popular e política, conduzindo o país pelo caminho dos seus legítimos interesses.

PARA a conquista desta nova orientação, destas novas soluções, nacionalistas, democráticas, progressistas, o fator decisivo só pode ser a luta de massas, de que nos dão exemplos mais frisantes, em diferentes planos, os operários de São Paulo, os posseiros do Paraná, os triticultores do Rio Grande do Sul ou os nacionalistas da Minas Gerais.

Comunicado Conjunto Húngaro - Chinês

Deixou a China a 5 de outubro, de volta à sua pátria, a delegação oficial húngara chefiada por Janos Kadar. Chu En Lai, no discurso que então pronunciou, no aeroporto de Pequim, declarou que os objetivos comuns de construção do socialismo e defesa da paz mundial tornarão cada vez mais unidos os corações dos dois povos.

O comunicado conjunto, publicado na véspera, afirma que a delegação oficial húngara e os dirigentes da República Popular da China examinaram a situação internacional e as questões relativas ao fortalecimento dos laços de todos os tipos entre os dois países.

O princípio básico da política exterior de ambas as nações é a coexistência pacífica. O robustecimento da unidade dos países socialistas constitui garantia sólida da paz universal. As duas partes proclamam, pois, sua firme decisão de prosseguir seus esforços no sentido do reforço sucessivo das relações amistosas de todos os países socialistas, encabeçados pela União Soviética.

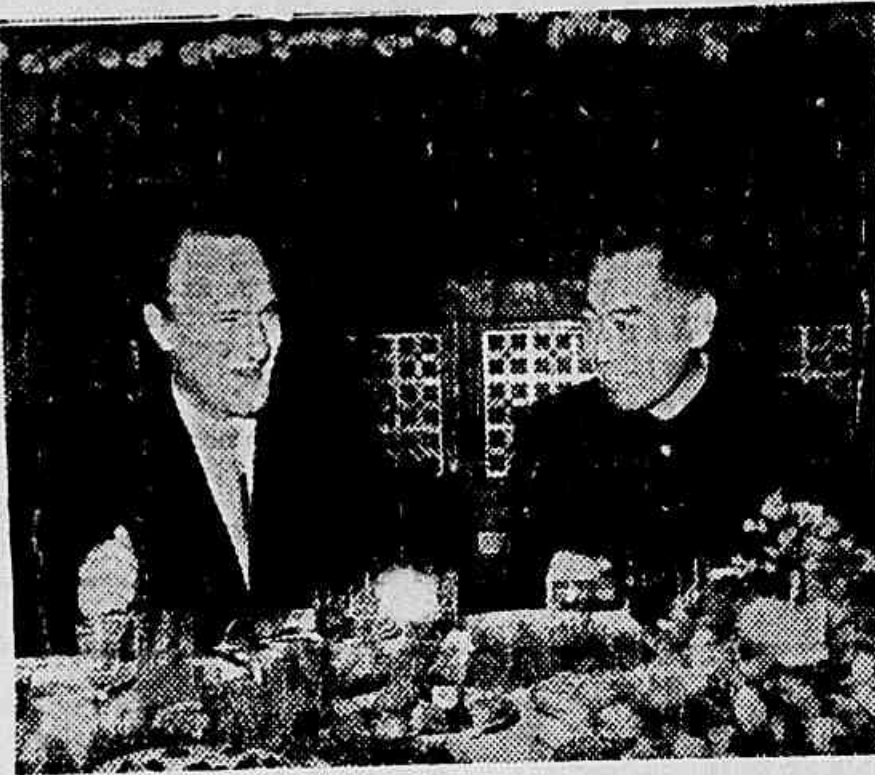
Consideram as duas partes que uma das medidas fundamentais para reduzir a tensão internacional seria a conclusão de um acordo sobre o desarmamento, e apoiam totalmente as justas propostas feitas com esse objetivo pela União Soviética, bem como todos os esforços visando a renificação da Alemanha numa base pacífica e democrática, mediante negociações entre a República Democrática Alemã e a República Federal Alemã. No decurso das conversações ambas as partes condenaram os esforços dos países imperialistas para agravar a situação internacional. A Repu-

blica Popular da China e a República Popular da Hungria chamam a atenção para a política de provocações e pressões que os Estados Unidos e outras potências ocidentais realizam no oriente Próximo e Médio, a qual cria uma ameaça à paz e a estabilidade do planeta.

Ambas as partes condenam resolutamente a campanha provocadora dos Estados Unidos contra a Síria independente, e proclamam que continuarão a lutar, ao lado de todos os países e povos amantes da paz, pela defesa da paz no Oriente Próximo e Médio.

Declara ainda o comunicado que o alvoroço provocador levantado em torno do chamado "problema húngaro" foi organizado pelas potências ocidentais com o fim de manter a tensão internacional.

O comunicado reafirma finalmente que a China e a Hungria estão firmemente ligadas pelo espírito do Internacionalismo Proletário, e que a solidariedade dos dois países constitui um elo firme na solidariedade do campo socialista em seu conjunto.



O primeiro Ministro da R. P. C. Chu-En-Lai, ofereceu em Pequim, a 27 de setembro um banquete em honra à delegação governamental húngara, chefiada pelo primeiro Ministro Janos Kadar. O clichê mostra os primeiros Ministros Chu-En-Lai e Kadar, por ocasião do banquete.

NOVAS NORMAS SOBRE A DENOMINAÇÃO DE LOCALIDADES E INSTITUIÇÕES

DECRETO DO PRESIDUM DO SOVIET SUPREMO DA U. R. S. S. ELIMINANDO PRÁTICAS ERRÔNEAS DO PERÍODO DO CULTO À PERSONALIDADE

O Presidium do Soviet Supremo da URSS promulgou, no mês passado, um decreto sobre as novas normas para a atribuição de nomes de localidades e instituições estatais ou sociais às regiões, às províncias, aos distritos, bem como às cidades e a outros centros de habitação, empresas, colcozes, escolas e organizações, etc.

O decreto começa afirmando que foram tolerados no passado grosseiros defeitos e desvios da tradição leninista. Lenin, que ensinava aos homens soviéticos a sua modestia, era para eles o máximo exemplo. «Não podeis imaginar — dizia Lenin — até que ponto me aborrece esta contínua exaltação da minha personalidade.»

Depois de recordar que Leningrado (Petrogrado) e Ulianovsk (Simbirsk) foram assim chamados em 1924, após a morte de Lenin, «para testemunhar o grande amor

do povo soviético pelo grande estadista, que foi seu guia e mestre», o decreto assim prossegue: «Nos anos seguintes, a pedido dos trabalhadores e em casos absolutamente excepcionais, o nome de ilustres personalidades da vida pública foi dado, após a sua morte, a algumas cidades, distritos e regiões... Esta é uma forma de reconhecimento, por parte do povo, dos seus méritos eminentes; e foi uma expressão de confiança dos trabalhadores no Partido Comunista.»

O PERÍODO DO CULTO À PERSONALIDADE

A seguir, afirma o texto do decreto: «Entretanto, no período da difusão do culto à personalidade, começou-se a dar nomes de pessoas também quando elas ainda estavam vivas. Uma tal prática leva a uma exaltação não justa de

determinadas pessoas e a cumprir função do Partido e dos grupos dirigentes coletivos das organizações de massa, não constituindo uma justa educação dos quadros no espírito da modalidade de Partido.»

NOVAS MEDIDAS SOBRE O ASSUNTO

«Com o objetivo de evitar a repetição dos erros cometidos e de pôr ordem neste campo o Soviet Supremo estabeleceu:

1) proibir de intitular localidades e organizações com os nomes de personalidades vivas;

2) tal intitulação pode ser admitida somente póstuma, com o objetivo de perpetuar a memória de ilustres estadistas e de homens públicos defensores da Pátria, heróis do trabalho, homens de ciência e de cultura, em casos excepcionais e a pedido dos trabalhadores, devendo ser ratificada pelos órgãos superiores, como o presidium do Soviet Supremo da URSS para a circunscrição territorial e para o mais importante centro urbano; pelo conselho de ministros da URSS, para as empresas estatais, as estações ferroviárias, os institutos e as organizações, que digam respeito a toda a URSS, pelos conselhos de ministros das Repúblicas federadas para organismos análogos, dependentes das Repúblicas federadas; para os colcozes, as empresas e as cooperativas, pelo comité executivo do Soviet Regional ou pelo conselho de ministros das Repúblicas autônomas, ou pelo conselho de ministros das Repúblicas federadas;

3) mudar os nomes de localidades, empresas, organizações, instituições, que se referam a personalidades vivas;

4) Considerar porisso sem efeito todos os atos legislativos aprovados antes a este respeito.»

RECRUDESCEM AS INTRIGAS DO IMPERIALISMO NA INDONÉSIA

O Bureau Político do Partido Comunista da Indonésia acaba de denunciar, num comunicado, que certas forças do imperialismo estão tentando fazer com que a Indonésia volte a ser um foco de guerra de nervos, tentando provocar um conflito e a guerra civil.

Faz parte dessa guerra de nervos desencadeada pelo imperialismo a provocativa resolução adotada pela Conferência dos Imans em Palembang, na qual foi pedida a interdição do Partido Comunista da Indonésia.

Urge portanto que sejam cumpridas as resoluções da Conferência Consultiva Nacional, que proclamou recentemente a necessidade de maior vigilância contra as manobras estrangeiras, maior consciência nacional e mais estreita unidade. O comunicado exprime a esperança de que o Governo e as autoridades militares continuem a orientar-se por essas resoluções da Conferência Consultiva Nacional, prosseguindo em seus esforços para que a Indonésia consolide sua estabilidade política.

O Parlamentar Indonésio acaba de prorrogar o estado de emergência, já vigente; há alguns meses, em consequência das várias tentativas de golpes reacionários levados a efeito no início do ano corrente. Por sua vez, o presidente Sukarno, em uma ordem do dia dirigida às forças armadas, conclamou-as a sustentar a aplicação das resoluções da Conferência Consultiva Nacional.

Crônica Internacional Agrava-se a Tensão no Oriente Médio

AGRAVOU-SE novamente a tensão no Oriente Médio, quase um ano após o ataque ao Egito, em consequência de provocações organizadas pelo imperialismo norte-americano, tendo o governo turco como instrumento principal. A 9 de outubro, o governo da Síria publicou energético protesto contra as grandes concentrações de tropas turcas nas fronteiras do país, acompanhadas de incidentes e violações de soberania visivelmente premeditadas.

A origem dessas provocações foram os entendimentos realizados há algumas semanas pelo secretário-adjunto para os assuntos do Oriente Médio do governo dos Estados Unidos, que visitou os países do pacto de Bagdad logo após o fracasso da conspiração pró-imperialismo na Síria. Esse fracasso representou golpe sério na "doutrina Eisenhower", e levou os imperialistas norte-americanos a concentrarem seus esforços em um novo plano de perturbações na região, baseado desta vez numa agressão armada da Turquia à Síria.

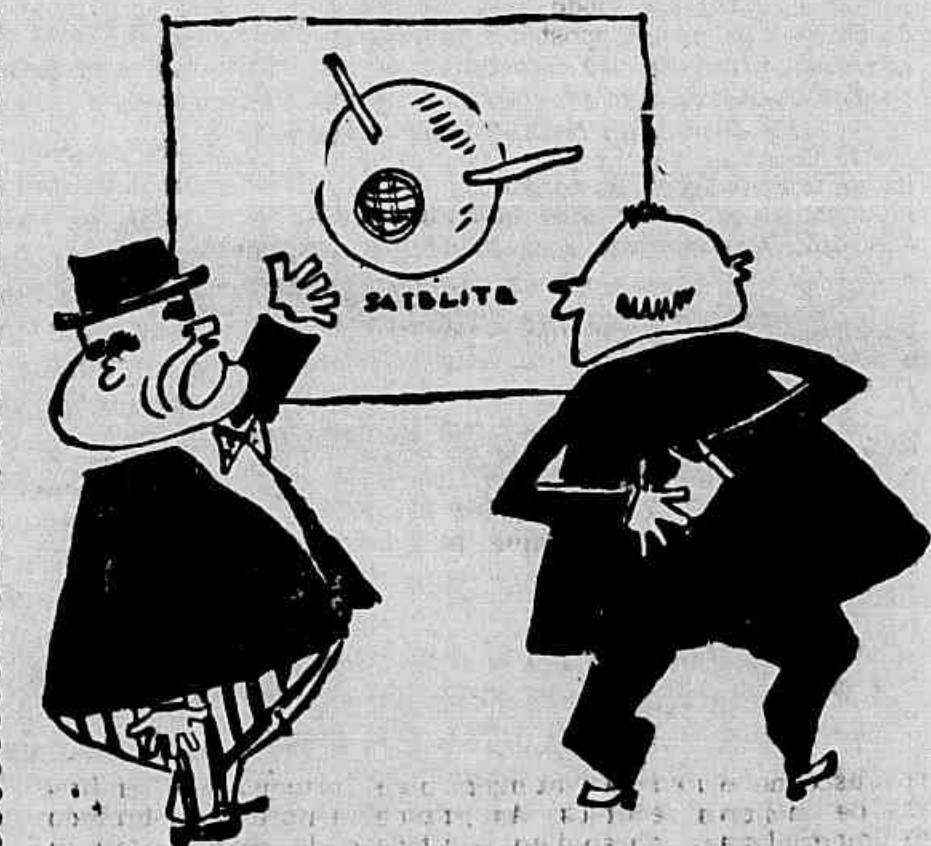
Esqueceram-se porém os imperialistas que não é mais possível agredir impunemente, nas condições atuais do mundo, os povos que lutam por sua independência e soberania. Esses povos contam com a solidariedade efetiva dos Estados socialistas, com a União Soviética à frente, e dos demais Estados do campo da paz, e ainda com o apoio e a simpatia de todos os povos do mundo.

Essa solidariedade fez-se sentir imediatamente. Logo após a publicação do protesto sírio, a União Soviética dirigiu energética advertência ao governo turco, prevenindo-o de que não se deixasse arrastar à aventura de um ataque armado ao território sírio. A URSS não ficaria indiferente na emergência desse ataque. A atitude clara e inequívoca da União Soviética provocou gestos de desespero impotente nos círculos belicistas dos Estados Unidos.

Não menos efetiva e imediata foi a solidariedade do Egito, ligado à Síria por um acordo de união econômica e defesa mútua. Tropas egípcias e unidades da marinha desembarcaram no porto sírio de Letáquia, a pedido do governo de Damasco, a fim de reforçar a defesa do país contra uma eventual agressão. As forças egípcias foram delirantemente aclamadas pelo povo sírio. O chefe do Estado maior da Síria, general Bizry, declarou: "o imperialismo, que está recrutando tropas ao longo de nossas fronteiras, ao norte e ao sul, deve agora ter percebido que terá de enfrentar todos os países árabes, se tentar uma agressão contra nossa pátria". O presidente Kuatli, da Síria, e o Coronel Nasser, presidente do Egito, trocaram mensagens fraternais. "O 13 de outubro, data da chegada das forças egípcias à Síria, deve ser proclamado como Dia de Festa Nacional dos dois países", disse ainda o General Bizry. O fato marca realmente uma nova e mais alta etapa na solidariedade dos povos árabes em sua luta pela independência nacional.

Embora tenham sido assim bastante redimidas de possibilidade de incidentes mais sérios, não devem ser subestimados os perigos ainda subsistentes. Os grandes êxitos da União Soviética nas últimas semanas, e o reforçamento contínuo das forças da Paz, levam os círculos mais agressivos do imperialismo, em desespero, a aventuras como essa de tentar provocar uma guerra no Oriente Médio. Isso deve servir de advertência a todas as forças que lutam pela paz, a fim de que não amortecem sua vigilância e de que intensifiquem seus esforços para a concretização dos primeiros acordos de desarmamento, começando pela suspensão das experiências com armas nucleares. Esse é o único caminho para a conquista de uma paz duradoura e verdadeira.

ENTRE NORTE-AMERICANOS



UM DALES: O sucesso nos Estados Unidos será maior, mais pesado, mais perigoso, mais oneroso... O OUTRO: Mas porque não é?

Solução Legal Que Possesores Exigem Com a Luta Armada

A opinião democrática e progressista de todo o país apóia a luta dos possesores paranaenses contra as arapucas imobiliárias ligadas ao governo estadual de Sr. Moisés Lupion.

Os lavradores, com suas famílias, desbravaram a região, plantaram a terra, construíram seus lares e levaram o progresso a toda a fronteira sudoeste do Estado. Em poucos anos, surgiram prósperos municípios e cidades como já ocorrera no noroeste do Estado.

Mas, como aconteceu no norte, com as lutas de Porcatá, os desbravadores e suas famílias tiveram de unir suas forças para repelir de armas na mão a jagunçada dos bandidos policiais a serviço dos grileiros, protegidos pelo governador Lupion.

No exercício do mais sagrado dos direitos, de legítima defesa de suas posses, de suas vidas e de seus lares, uniram-se milhares de famílias camponesas em Santo Antônio, Fato Branco, Francisco Beltrão, Capanema e Gerê, iniciando a ofensiva organizada aos bandidos jagunços ou policiais. Governos municipais favoráveis às arapucas imobiliárias são depostos e instaladas juntas governativas aclamadas pelos lavradores. Os escritórios onde se preparava a grilagem são destruídos com toda a papelada que servia de base para as violências à propriedade e à vida das famílias camponesas. A jagunçada foge para o mato e o próprio chefe de polícia de Lupion cala prisioneiro temporário dos lavradores em arinas.

A oposição udenista reclama, na Assembléia estadual e no Congresso Federal, a intervenção no Estado procurando assim tirar o seu proveito político da justa luta dos lavradores paranaenses. É evidente, no entanto, que este seria um retrocesso democrático a pretexto de favorecer a causa democrática dos possesores.

Sem recorrer à intervenção federal, o que é necessário e urgente é que as tropas do Exército garantam a segurança dos possesores, procedendo ao desarmamento imediato e completo dos jagunços e pondo um freio às violências da polícia estadual do Paraná.

Quanto às chamadas companhias colonizadoras, devem ser completamente dissolvidas, uma vez que a Câmara Federal seguindo-se ao Senado, já aprovou o parecer do Tribunal de Contas, negando registro ao ato de cessão das terras da União àquelas companhias. Tornadas inteiramente ilegais, devem elas desaparecer com toda a malta de bandidos a serviço de sua atividade grileira.

Uma solução legal imediata é possível para o problema dos possesores do Paraná e esta consiste, fundamentalmente, na entrega, em bases acessíveis, de títulos de propriedade aos lavradores. A conquista desta solução legal, de conteúdo eminentemente progressista, terá imensa influência no desenvolvimento posterior das lutas reivindicativas das massas camponesas.

O que exigem todas as forças democráticas e progressistas do país, solidárias com a luta dos camponeses paranaenses, é que sejam assegurados a estes os legítimos direitos ao fruto do seu trabalho, à posse das suas terras e lavouras, à integridade dos seus lares e das suas vidas. A luta armada a que os possesores foram forçados, pelo banditismo dos agentes da grilagem, é também um direito assegurado pela Constituição e pelas leis do país: o direito da legítima defesa.

E de armas na mão que os heróicos possesores do sudoeste do Paraná lutam pela implantação de um regime de legalidade na região, que povoaram e enriqueceram com o seu trabalho. E de armas na mão estão decididos a permanecer, até atingir, com o apoio da solidariedade nacional, o seu justo objetivo.

NO GALINHEIRO INTEGRALISTA



Plínio, o "galinha verde", mobiliza de novo as aves da traíção.

Comentário Político

A CAMPANHA ELEITORAL EM MARCHA

A SITUACAO política nacional já se desenvolve sob a influência do pleito eleitoral de 1958 que determinará, por sua vez, os rumos da sucessão presidencial de 1960.

Dois partidos políticos, o PSD e o PTB já realizaram convenções nacionais para traçar a sua linha de ação tendo em vista o próximo pleito. Movimentam-se todos os partidos, suas correntes, alas e chefes políticos em torno das eleições para governadores nos estados onde haverá sucessão em 1958.

Em São Paulo, o Sr. Ademar de Barros já está em plena campanha eleitoral, visitando em cada fim de semana três ou quatro municípios. Também o Sr. Ulisses Guimarães desenvolve grande atividade procurando reunir forças em torno de sua candidatura à sucessão do Sr. Jânio Quadros.

No Estado do Rio, dois candidatos estão praticamente lançados, os Srs. Amaral Peixoto e Roberto Silveira, desenvolvendo-se toda a política estadual em torno de busca de alianças eleitorais.

Na Bahia, o líder da Maioria Vieira de Mello já é candidato, muito embora não conte com o apoio do governador Balbino e da direção do seu próprio partido.

Em Pernambuco há um candidato oficial, Sr. Apolônio Salles, sendo no entanto grande a movimentação de todos os partidos e correntes em busca de outros nomes.

No Ceará, as candidaturas Trajora e Parsival Barroso estão polarizando as forças políticas e no Rio Grande do Sul o P. T. B. parece marchar para a candidatura Brizola e busca alianças para enfrentar as forças da coligação P. S. D., U. D. N., P. L. Ganham terreno os candidatos Joffly na Paraíba e Leoberto Leal em Santa Catarina. Em toda a parte, enfim, tomam posição as forças políticas, sendo correto afirmar-se que já está iniciada a campanha eleitoral de 1958.

A arrematagem das forças políticas na arena eleitoral está condicionada pelo ascenso do movimento democrático e pelo desenvolvimento da situação econômica e financeira do país. Ao mesmo tempo em que esta se agrava devido à política do governo, em que se predomina a orientação entreguista antipopular em determinadas questões essenciais, crescem e se organizam melhor as forças democráticas que exigem uma orientação independentemente, não submissa aos imperialistas lanques, de nossa política externa e interna.

A classe operária unifica o seu movimento sindical em lutas por melhores condições de vida, de envergadura jamais alcançada, como na greve de que se estende em São Paulo. O movimento nacionalista congrega representantes de todas as classes e camadas sociais em torno da defesa dos interesses nacionais fundamentais. As lutas camponesas no Paraná, pela posse da terra, revelam firmeza e unidade de dezenas de milhares de possesores.

É imperioso que tais movimentos democráticos se traduzam, no plano político, em alianças eleitorais para os pleitos eleitorais para os pleitos de 1958 e 1960, que permitam a formação de uma poderosa coalizão democrática e patriótica, capaz de conquistar a vitória nas urnas através da eleição de governantes e parlamentares que assegurem para o país uma política interna e externa de caráter patriótico, democrático e progressista.

Operários e Capitalistas Agitam São Paulo Com Suas Reivindicações

A ordem do dia do grande Estado industrial: carestia, aumento de salários, retração de crédito, queda do café, Krupp e Caraguatatuba — Entrecruzam-se interesses opostos, gerando movimentos de diferente conteúdo de classe — O proletariado tem uma posição independente e ao mesmo tempo patriótica

Reina grande insatisfação nos círculos das classes dominantes de São Paulo contra a política do governo federal. Ao mesmo tempo, porém por motivos opostos, é também grande a insatisfação das massas trabalhadoras. Daí porque se entrecruzam, de modo bastante original, dois movimentos de caráter de classe oposto: a pressão dos altos círculos econômicos paulistas sobre o governo federal e a greve de cerca de 400.000 operários, que está abalando a capital do Estado.

OS MALES DE RETRAÇÃO DO CRÉDITO
O Conselho das Classes Produtoras Paulistas, que congrega as organizações patronais da indústria, do comércio e da lavoura, entregou no mês passado extenso memorial ao sr. Juscelino Kubitschek, em que pinta com as cores mais negras a situação econômica de São Paulo.

O objetivo fundamental do documento consistia em exercer pressão no sentido de que o governo federal fizesse cessar a relativa retração do crédito instituída através da Instrução 135 da SUMOC e da orientação do Banco do Brasil.

A Instrução 135 obriga todos os bancos a recolherem 40% de seus novos depósitos ao Banco do Brasil (exceto se empregarem esse acréscimo no crédito à lavoura). A medida pretende reduzir as facilidades de crédito e deste modo, conter a inflação. Mas o que tem se dado é que o dinheiro entregue pelos bancos privados, sem juros, ao Banco do Brasil, vem sendo transferido por este ao Tesouro Nacional para finalidades de cobertura de déficit orçamentário. Resulta, então, que a inflação não é contida, mas os estabelecimentos industriais e comerciais se vêem em dificuldades por falta de crédito suficiente para o giro dos seus negócios.

É evidente que as medidas deflacionárias do governo do sr. Juscelino Kubitschek atingem mais fortemente as empresas de menores recursos. As grandes empresas, sobretudo as imperialistas, sobrepõem a retração do crédito e tiram vantagem da situação. Pode-se dizer, portanto, que as medidas deflacionárias não correspondem aos interesses da economia nacional. Para o setor têxtil, por exemplo elas vieram somente trazer nova carga de dificuldades numa conjuntura de estoques acumulados.

Além do mais, é necessário levar em conta que a retração do crédito é praticada num momento em que se reduziu sensivelmente a receita derivada da exportação do café.

DUAS FACES DE UMA MESMA MEDALHA
Simultaneamente, querem as organizações patronais de São Paulo a liberação do crédito e a contenção dos salários. Ponto de vista de classe: dinheiro fácil para os patrões e salários baixos para os operários. Duas faces de uma mesma moeda.

Os patrões paulistas se aferraram a uma posição de intransigência de tal ordem, que aos trabalhadores do grande parque industrial não tem restado outro recurso senão ir à greve. Foi o que fizeram, recentemente, cerca de vinte mil sapateiros e, agora, cerca de 400.000 operários têxteis, metalúrgicos, gráficos, em curtume e da indústria de papel e papelão.

Além da contenção dos salários, os patrões advogam o desaparecimento da COFAP. O que significa: inteira liberdade para majorar os preços.

Está claro que a COFAP está longe de satisfazer as funções para as quais aparentemente a criaram. Não é, porém, do interesse das massas perder um instrumento, que sob diferente orientação, pode lhes trazer importantes benefícios.

O FATOR CAFÉ
O descontentamento provocado pela retração do crédito veio se juntar aos efeitos da queda do café. Os fazendeiros conseguiram que o Instituto Brasileiro do Café traçasse o plano que atende aos seus interesses. Como, porém, este plano marcha para o fracasso, também os fazendeiros estão insatisfeitos e se movem para alcançar algo mais substancial: a abolição do chamado confisco cambial.

KRUPP E CARAGUATATUBA
Foi nestas condições que surgiu o caso da montagem da fábrica Krupp e da construção da hidrelétrica de Caraguatatuba. Com isto, formaram-se novos elementos para a complexidade da realidade paulista atual.

A fábrica Krupp, que já tem os pavilhões construídos em Campo Limpo (município de Jundiaí), destina-se a produ-

zir locomotivas e caminhões pesados. Trata-se de uma inversão de 25 milhões de dólares que já há vários anos o mais poderoso entre os monopólios da Alemanha Ocidental pretende fazer em nosso país, aliado a grupos capitalistas brasileiros. Ao que parece, porém, não é ao agrado de certos monopólios norte-americanos a montagem de uma fábrica alemã de locomotivas no Brasil, uma vez que o nosso país costuma comprar tais máquinas nos Estados Unidos (ainda há pouco, ali adquiriu 165 locomotivas). Daí os esforços de órgãos federais à montagem da Krupp em Jundiaí. Trata-se, como se vê, de uma contradição internacionalista, que se manifesta, particularmente, como contradição entre os governos dos srs. Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros.

JÂNIO EXPLORA A SITUACAO
O governador Jânio Quadros vem explorando a situação com o objetivo de levantar São Paulo contra o governo da República. O caso da Krupp é apresentado como demonstração de uma política discriminatória contra São Paulo. O mesmo é feito com a questão de Caraguatatuba.

Trata-se aí da construção de uma grande usina de eletricidade na zona servida pela Light (eixo Rio-São Paulo). A construção desta usina pelo governo paulista não é do interesse da Light, que deverá inverter dinheiro na construção de Furnas, cuja produção energética distribuirá.

A agitação provocada pelo sr. Jânio Quadros e pelo reacionário «Estado de São Paulo», a propósito de Caraguatatuba, não é orientada contra a Light (esta nem sequer é mencionada), porém exclusivamente contra o governo federal. O governador paulista vem fazendo apelo aos sentimentos regionalistas mais atrasados, o que tem influído numa série de manifestações.

Quanto ao sr. Ademar de Barros, procura seguir a mesma linha, a fim de não perder qualquer vantagem para o seu principal adversário na disputa dos cargos políticos.

A POSICAO DA CLASSE OPERARIA
Como se vê, entrelaçam-se numerosas contradições em São Paulo. Cada classe ou agrupamento político procura tirar o máximo proveito, jogando com estas contradições.

A classe operária tem os seus interesses próprios e não pode atuar senão em função desses interesses e das reivindicações das massas populares.

A classe operária defende as justas reivindicações anti-imperialistas, como é o caso da construção da usina de Caraguatatuba, mas não pode consentir em que a reivindicação da usina se transforme em pretexto para agitação golpista ou demagogia eleitoral.

Os operários paulistas deflagraram o mais poderoso movimento grevista dos últimos anos num momento em que afloram todas aquelas contradições. Isto favorece a sua greve. A greve dos operários paulistas, é inteiramente justa, pois visa obter o aumento de salário tornado indispensável pela carestia da vida e negado pela intransigência patronal. Os operários paulistas, contando com a solidariedade da massa da população, lutarão até a vitória, sem permitir que o seu movimento seja explorado para objetivos reacionários mal disfarçados.

LUTA CONSEQUENTE CONTRA O SECTARISMO E O REVISIONISMO

Reunião plenária da comissão central de controle do Partido Comunista Italiano — O 40.º aniversário da Revolução de Outubro e os recentes ensinamentos da União Soviética

Realizou-se em fins de setembro, uma reunião plenária da Comissão Central de Controle, do Partido Comunista Italiano. Nessa reunião foi amplamente debatido um importante informe sobre o «Reforçamento do Partido e as tarefas das comissões de controle», apresentado pelo dirigente do PCI, Mauro Scocimarro, presidente da Comissão Central de Controle.

Constituíram o tema central das discussões as questões relacionadas com a luta contra o sectarismo e o revisionismo, já tratadas no Pleno do Comitê Central, em julho do corrente ano.

Foi afirmado unanimemente que, embora fazendo as diferenciações necessárias entre o sectarismo e o revisionismo, é dever de todos os militantes do Partido empenhar-se consequentemente na luta contra ambos esses desvios, onde quer que se manifestem. Os organismos dirigentes, a fim de fazer avançar ainda mais o Partido, e o movimento democrático italiano, devem desenvolver e intensificar o trabalho de conquistar todo o Partido para a linha do VIII Congresso, realizado em dezembro do ano passado.

Mas essa necessidade de ampliar e desenvolver a discussão, para que haja melhor assimilação da linha política, pelo Partido, deve ser intimamente ligada à ação política e à luta das massas operárias e populares. Não seria útil nem eficaz uma discussão que não tivesse em mira desenvolver a ação de massas; assim como seria vã qualquer ação que não fosse antecedida por uma discussão capaz de aclarar as idéias, ganhar as consciências, abrir a perspectiva.

A LIGAÇÃO DO PARTIDO COM AS GRANDES EMPRESAS

Deverá realizar-se em Milão, nos primeiros dias de novembro, uma assembleia para discutir com os representantes dos operários das grandes fábricas. Essa reunião ajudará o Partido a traçar melhor sua linha no que se refere às ligações com os operários das grandes centros industri-

ais. O PCI deverá empenhar-se num trabalho constante e tenaz de combate à campanha política e ideológica desencadeada contra a classe operária e sua vanguarda com o intuito de abalar a consciência de classe dos trabalhadores e romper sua unidade e capacidade de luta.

O 40.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Nessa reunião plenária da Comissão Central de Controle grande parte da discussão foi dedicada aos problemas do mundo socialista e em primeiro lugar à União Soviética.

Foi aprovada a resolução da Direção do Partido com respeito ao «40.º aniversário da Revolução de Outubro», sendo reconhecida a necessidade de contribuir para que as manifestações comemorativas da Revolução de Outubro sejam uma contribuição ao fortalecimento político e

ideológico do Partido, ao mais amplo conhecimento da significação e das conquistas da grande Revolução Socialista de Outubro, servindo assim ao estreitamento dos laços que ligam os povos soviéticos e italiano e à consolidação da paz.

IMPORTANCIA DAS MODIFICAÇÕES NA UNIÃO SOVIÉTICA

Encerrando os debates,

Scocimarro apresentou uma série de conclusões destacando o fato de que existe uma expressiva unidade ideológica e política na Comissão Central de Controle, bem como uma perfeita unidade de orientação entre esta e os demais órgãos dirigentes do Partido. Isso dá lugar às mentiras da imprensa burguesa sobre pretensa crise no Partido Comunista Italiano.

Em seguida, concordou ser justa a exigência de uma crítica tróica mais sistemática do revisionismo e do sectarismo. A discussão e a crítica dos nossos problemas ideológicos contribuirá para a educação ideológica e política do Partido em seu conjunto. Mas a discussão teórica deve ser sempre acompanhada dos ensinamentos da experiência, pois é na prática que se verifica a verdade de nosso pensamento.

Um interesse particular assumem hoje, para todo o movimento operário — disse ainda Scocimarro — as novas experiências que se realizam na U. R. S. S. As reformas que ali ocorrem devem ser estudadas em profundidade. Na organização e direção da economia socialista passou-se ao sistema rígido de centralismo vertical que mais elástico da descentralização territorial. Isso se tornou necessário pela contradição criada entre as forças produtivas e as formas de organização e direção da economia nacional. A reforma realizada reduz o centralismo a certos limites.

O sistema de centralismo absoluto é útil e necessário no primeiro período da construção do socialismo, especialmente num país de economia atrasada; mas, num grau determinado do desenvolvimento das forças produtivas, torna-se um obstáculo e um freio ao progresso econômico. A reforma econômica na URSS, não significa uma crise ou fracasso do comunismo, não significa apenas a correção de erros, mas uma reviravolta histórica, através da qual se criam as condições de um novo desenvolvimento e de novas conquistas no caminho do socialismo e do comunismo.

O STF Concede Habeas-Corpus a Domingos Marques

O Supremo Tribunal Federal resolveu conceder habeas-corpus ao operário Domingos Marques, arbitrariamente preso pela polícia política. Desta maneira, cala o iníquo processo de deportação movido contra aquele trabalhador pelo reacionário ministro da Justiça, sr. Nereu Ramos.

Domingos Marques ainda permanece encarcerado, uma vez que contra ele está sendo movido mais um processo, sob alegação de falsificação de documentos.

A opinião pública confia, porém, que também esse último processo não produzirá os efeitos esperados pelos elementos reacionários. Dentro do clima de avanço da democracia, que se afirma no país, a única solução justa é a libertação de Domingos Marques.

O «CAMINHO ITALIANO»

Tratou ainda Scocimarro, em seu encerramento, de algumas questões relacionadas com o «caminho italiano para o socialismo», em ligação com a Constituição republicana, salientando a necessidade de dar sempre maior clareza e precisão à perspectiva que se deve definir hoje a posição política do Partido.

Sobre o problema da vida interna do PCI, falou Scocimarro do centralismo democrático, desenvolvendo as suas bases teóricas. É preciso tornar claras todas as questões que se discutem no Partido, porque só assim se eliminarão as dúvidas e incertezas. Certos erros na prática derivam do fato de não haver sempre idéias claras sobre as questões políticas e organizativas. Cabe aos órgãos de controle do Partido contribuir para isso.

O informe de Scocimarro foi aprovado, por unanimidade.

TRIGO BRASILEIRO

NÃO SATISFAZ A PROMESSA DO PRESIDENTE

O vigoroso movimento desencadeado pelos triticultores sulinos já produziu um primeiro resultado positivo: obrigou o sr. Juscelino Kubitschek a anunciar, após reunir com os seus mais altos conselheiros, que iria se entender com o governo norte-americano para modificar as normas e os prazos de embarque dos excedentes de trigo.

A promessa do presidente da República, já significando

um primeiro passo para atender os triticultores, é, porém, insatisfatória e, mesmo cumprida, quase nada resolverá. Os interesses da triticultura brasileira só poderão ser efetivamente assegurados com a inteira anulação do acordo entreguista promovido pelo BNDE. Enquanto pender a ameaça de importação dos excedentes de trigo lanque, a nossa produção tritícola não terá segurança de desenvolvimento.

KATCHATURIAN NO BRASIL



Após o estrondoso êxito do balet Soviético do Teatro Bolchoi no Rio e em São Paulo, recebe o Brasil a honrosa visita do grande compositor soviético de nacionalidade armênia, Aram Katchaturian. Acolhido carinhosamente em São Paulo, pelo seu povo, pelos círculos artísticos e pela colônia armênia, Katchaturian obteve excepcional êxito com os concertos, que regeu no Teatro Municipal da capital paulista. O clichê acima mostra o renomado compositor, glória da música contemporânea, ao lado de sua esposa, assistindo a um espetáculo de nosso folclore no estádio da Mooca em São Paulo.

Experiências Da Revolução Chinesa

CARLOS MARIGHIELLA

(Conclusão)

ligação com as massas e não vão entre as massas para conhecer seus problemas, manifestando burocratismo, então isso será prejudicial ao trabalho, ainda que os quadros estejam familiarizados com a situação local e possam aprender a política do Partido. Estes quadros devem desenvolver-se e transformar-se em líderes de massa, apoiados pelas massas e devem ter alto prestígio entre o povo. Se os quadros puderem satisfazer tais exigências, então será assegurada a correta execução da política do Partido. Nesse caso a política do Partido será rapidamente aceita pelo povo e em pouco tempo se tornará de povo.

O camarada Mão Tsé Tung em seu trabalho «Lutar para ganhar milhões e milhões de pessoas para a frente única nacional anti-japonesa», publicado em 1937, assim resume a questão dos quadros:

«A fim de dirigir a grande tarefa da revolução é preciso que haja um grande Partido e muitos quadros bons. Seria impossível levar a cabo uma grande revolução sem precedentes na história, em um país como a China, com uma população de 450 milhões, se a direção coubesse a um pequeno grupo, constituído em bases estreitas. Também seria impossível se no Partido só houvesse líderes e quadros pequenos, sem um justo

senso das medidas, e sem conhecimentos profundos ou capacidade. O Partido Comunista da China é de há muito e continua sendo um grande partido político, apesar das perdas que sofreu no período da reação. Tem muitos quadros e líderes bons, mas isso não basta. A organização de nosso Partido deve crescer por todo o país, deve educar conscientemente dezenas de milhares de quadros ou mais, e deve ter várias centenas de excelentes líderes de massa. Estes quadros, e líderes devem compreender o marxismo-leninismo, ter conhecimentos políticos profundos e capacidade para o trabalho, devem ter grande espírito de sacrifício, ser capazes de resolver problemas de maneira independente, ser firmes no meio das dificuldades e trabalhar leal e devotadamente pela nação a classe operária e o Partido. A linha do Partido é confiar nestes quadros para manter os membros do Partido em contacto com as massas, e confiar em sua firme capacidade de dirigir as massas para atingir o objetivo de derrotar o inimigo. Estes quadros não se devem deixar levar pela auto-suficiência, pelo heroísmo individual, a vangloria, a linguagem, a passividade ou o sectarismo arrogante. Eles são os verdadeiros heróis da nação e da classe operária. Estas são as qualidades e o es-

tilo de trabalho que os membros, quadros e líderes do Partido devem ter. E não é mais do que isto o legado espiritual que nos foi transmitido por dezenas de milhares de nossos membros, por milhares de nossos quadros e pelo grande número de nossos melhores líderes, que morreram. É fora de dúvida que devemos aprender estas coisas a fim de que possamos nos transformar em pessoas melhores e nos elevarmos a um nível revolucionário mais alto. Porém isso não basta; devemos ainda tomar como tarefa encontrar muitos quadros e líderes novos no Partido e no país.

III

A mais séria questão para a garantia da revolução é a construção do Partido. O Partido é tudo. Todo o longo, duro e difícil processo da Revolução Chinesa não é mais do que o longo, duro e difícil processo da construção do Partido sob todos os seus aspectos — teóricos, ideológicos, político, e econômico.

O Partido na China levou o povo chinês à vitória porque soube manejar a frente única e as formas de luta e, sobretudo, porque soube assimilar a teoria marxista-leninista e aplicá-la de maneira criadora às condições peculiares da China.

As experiências e lições da Revolução Chinesa merecem ser estudadas pelo nosso povo. São experiências e lições do povo de um país semicolonial e sentimental que se libertou do jugo do imperialismo norte-americano.

É indubitável que só podemos tomá-las como referências, pois as condições e peculiaridades de nosso país são diferentes daquelas da China. Confiamos entretanto em que, assim como o grande povo chinês conseguiu a vitória não está longe o dia em que sacudiremos o jugo do imperialismo norte-americano e liquidaremos as sobrevivências feudais em nosso país, assegurando a nossa completa independência.

OPERÁRIOS E CAMPONESES SE ERGUEM NA LUTA PELOS SEUS DIREITOS

Em Luta Por 45% de Aumento e Contra a Carestia:

Lançam-se à Greve os Trabalhadores Paulistas

Atraem as atenções gerais de toda a imprensa do país os acontecimentos que se desenvolvem hoje no Estado de São Paulo. Num movimento vigoroso de luta em defesa de melhores salários e contra a carestia sempre crescente, lançaram-se à greve cerca de 400 mil trabalhadores, de seis das mais importantes categorias profissionais.

Lançam assim os trabalhadores paulistas seu protesto energético contra a política econômico-financeira do governo do Sr. Juscelino Kubitschek, que continua a não levar em conta os interesses nacionais e se choça com a resistência de setores cada vez mais amplos da população brasileira.

Os operários brasileiros não estão dispostos a deixar-se matar de fome, nem a permitir que aumente a exploração que pesa sobre eles. Estão decididos a lutar por todos os meios, recorrendo ao direito de greve, quando isso for necessário, para que melhorem suas condições de vida e de trabalho.

Longos meses de proleções

Neste primeiro semestre de 1964, a situação das massas trabalhadoras, em nosso país agravou-se de maneira extraordinária, com a elevação incessante do custo de vida. Os níveis de salários mínimos, fixados em julho de 1956, tornaram-se insuficientes para enfrentar a carstia. Comçaram então os movimentos pela conquista de aumentos salariais.

Estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística, órgão do Pacto de Unidade, de São Paulo chegaram à conclusão de que desde junho do ano passado, houve uma elevação de 43% no custo de vida. No entanto, os salários continuaram os mesmos. Isso serviu mais uma vez para demonstrar a persistente alegação dos patrões, de que são os aumentos de salários que avariam o aumento nos preços das mercadorias.

É a medida que iam tomando os acordos firmados entre operários e patrões, tornaram-se mais frequentes os pedidos de aumento, apresentados à Justiça do Trabalho. Sucederam-se as mesmas demandas, os encontros e entendimentos, sob o patrocínio do Ministério do Trabalho. Revelou-se, desde o início, a atitude de intransigência dos patrões. Alguns recusaram de saída, qualquer entendimento — foi o caso dos banqueiros obrigados a, fim de vários meses, a conceder aumento de 30%.

Outros, apresentavam-se com propostas ofensivas aos trabalhadores: aumentos ridículos de 10 ou 15%, que eram repudiados com energia nas assembleias sindicais.

Tentando fugir à concessão de qualquer aumento, alegaram os industriais que as dificuldades financeiras que atravessa a nossa indústria levava-os à beira da falência. No entanto, os balançamentos referentes ao ano de 1956, já publicados há pouco, revela, muito ao contrário, que mesmo o ramo têxtil fornece aos donos das fábricas lucros bastante elevados.

Quase meio milhão de trabalhadores cruzam os braços, exigindo melhores salários e medidas concretas contra a carestia — Metalúrgicos, têxteis, gráficos, trabalhadores em curtumes, em papel e papelão, mestres e contra-mestres, unem-se em poderosa Aliança Intersindical

Chegou-se, assim, a um impasse. Esgotados todos os recursos, foram obrigados os trabalhadores paulistas a recorrer à greve.

Surge a aliança Intersindical

No início deste mês, constituiu-se na capital paulista uma poderosa Aliança Intersindical por aumento de salários e contra a carestia. Reunia ela cinco das mais importantes categorias profissionais: metalúrgicos, têxteis, gráficos, trabalhadores em curtumes, mestres e contra-mestres. A eles juntaram-se os operários de papel e papelão. E através de um acordo comum, declararam-se decididos a ir à greve, caso os patrões não decidissem até o dia 14 do corrente, a questão do aumento salarial.

Em manifesto dirigido aos trabalhadores e ao povo, diziam os líderes sindicais que estão à frente dessa Aliança que a política financeira do governo não tem atendido aos interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro. A propalada política anti-inflacionária do governo é uma quimera, pois há mais de um ano vem sendo posta em prática e, no entanto, o custo de vida continua em ascensão.

O Pacto de Unidade poderosa organização que reúne mais de uma centena de sindicatos de todo o Estado de São Paulo, manifestou publicamente seu entusiasmo por

imediatamente, recebeu a Aliança o apoio das demais corporações, também em luta por aumento: sapateiros, que se encontravam em greve; bancários, à espera da com-



Os piquetes em ação durante todo o dia fizeram cumprir a determinação dos órgãos sindicais de não permitir a entrada de mercadorias nas portas das fábricas.

cessão dos 30% de aumento já aprovado no Distrito Federal e em outros Estados; trabalhadores em papel e papelão, dispostos também a ir à luta e inúmeros outros setores profissionais.

a formação da Aliança Intersindical, saudando o fato como um desenvolvimento da luta unitária pela qual vem lutando o Pacto.

ESTOURA A GREVE
Ao mesmo tempo que ten-

tavam por todos os meios conseguir um acordo com os industriais, preparavam os sindicatos a greve. Diariamente, realizavam-se reuniões de comando nas portas das empresas, para explicar aos trabalhadores os motivos da greve. Milhares e milhares de cartazes cobriram rapidamente os muros da cidade junto às fábricas, surgiram as pinturas murais, convocando os operários a aderir ao movimento, até a conquista dos 45% de aumento.

Reuniões nas fábricas, com a participação de presidentes dos dirigentes sindicais, realizam-se nos dias que antecedem a deflagração do movimento. Finalmente, à 24 hora do dia 15 último, foi dada pelo presidente do Sindicato

o interior do Estado — em Campinas, mais de seis mil operários, de diversas categorias; também aderiram os trabalhadores de Jundiaí, Mogi das Cruzes, Santa Bárbara do Oeste, Americana e Taubaté, São Caetano do Sul, e Sorocaba.

Nessa atividade tiveram que enfrentar os piquetes, várias vezes, a reação armada dos industriais que, levados ao desespero pela amplitude do movimento grevista e por sua firmeza, chegaram a receber os piquetes à bala. Daí resultou que vários operários foram feridos. Isso não fez diminuir, porém, a ação dos piquetes.

Apoio do Governador e da Câmara Municipal

A justiça do movimento grevista dos trabalhadores paulistas é reconhecida por todos, exceto, é claro, pelos patrões, que insistem na balela já desmorralhada de elementos subversivos.

O governador paulista declarou à imprensa ser a greve inteiramente legal. A Câmara Municipal de São Paulo, por unanimidade, aprovou moção de apoio aos grevistas, em sua luta por melhores salários e contra a carestia.

Subscrito por 37 vereadores, foi ali apresentado um projeto autorizando o poder executivo a conceder um crédito de um milhão de cruzelros, para auxílio às famílias dos grevistas, durante a greve.

O próprio Ministro do Trabalho, em entendimentos diretos com os líderes sindicais, foi obrigado a reconhecer que não restava aos trabalhadores outro recurso, uma vez que haviam sido exgotados todos aqueles da alçada da Justiça do Trabalho.

Quando ao povo de São Paulo, aos estudantes, donas de casa, às demais categorias profissionais — não tardaram em levar aos grevistas a manifestação de seu apoio e solidariedade, que jamais faltou nas lutas anteriores.

Com todas essas facilidades e garantias dadas pelo governo do Paraná, Pato Branco e Francisco Beltrão se transformaram, rapidamente, num refúgio de bandidos e mercenários a serviço das Companhias. Para ali convergiram centenas de jagunços fugitivos de Santo Antônio, Capanema e outros pontos do sudoeste, visando prosseguir nas suas violências contra os lavradores e suas famílias.

Novos atos de violência

Gracias à proteção do governador paranaense a CITLA e suas subsidiárias novos crimes foram cometidos contra os posseiros. Espantamentos, assas-

Continuam em Armas os Posseiros

Depois dos graves acontecimentos de que foram palco os municípios de Santo Antônio e Capanema, volta a se agravar a luta entre posseiros e grileiros no sudoeste do Paraná. Agora são os municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão o teatro das ocorrências onde milhares de lavradores de armas na mão, resistem às violências das Companhias Colonizadoras.

A ausência de medidas concretas e oportunas do governo federal para expulsar do oeste e do sudoeste do Paraná a CITLA e suas subsidiárias e os jagunços a seu serviço, faz com que persista até agora o derramamento de sangue dos camponeses, numa luta que eles não provocaram mas que lhes foi imposta pelos grileiros.

Cada dia que se passa fica mais evidente a responsabilidade do governo do sr. Moisés Lupion, nos lutosos acontecimentos. Inúmeros fatos servem para ilustrar esta evidência.



Título de um posseiro do Sudoeste do Paraná, assassinado pelos grileiros. A olhada e um filho, deixado na orfanotrófica, cuidam da sepultura.

Lupion tenta manter as Companhias

Forçado a tomar algumas medidas para aplacar a fúria dos posseiros, o sr. Lupion mandou fechar os escritórios das companhias. Mas o fez de modo a assegurar o funcionamento das mesmas, em tempo oportuno, quando os ânimos da população da zona conflagrada houvessem acalmado.

O chefe de polícia do sr. Lupion, ao mesmo tempo que suspendeu as atividades dos escritórios das companhias em Pato Branco e Francisco Beltrão, ocupava-os com soldados de polícia, deixava soltos e armados os jagunços e distribuía tropas na cidade para desarmar os posseiros.

Quando já havia sido constituída a Comissão Parlamentar criada desde o início do conflito para ir à zona conflagrada como observador, foi sistematicamente sabotada pelos deputados Otacilio Negro e Uriel Alvim. Com o recrudescimento da luta, foram aqueles parlamentares obrigados a se definirem na partida ou não da referida Comissão. Quando já devia marcar a data da viagem, o sr. Otacilio Negro, como presidente da Comissão, procurou ainda manobrar, especulando com a constitudinalidade ou não da ajuda de custo fornecida aos membros da mesma.

Desfeita mais essa manobra, o sr. Negro terminou por pedir sua dispensa da referida comissão.

O governo do Paraná não está interessado em fazer justiça aos posseiros. Ao contrário, tenta esmagar a resistência dos lavradores para assegurar o domínio das companhias colonizadoras, em todo oeste e sudoeste do Estado. Haja visto

Pato Branco e Francisco Beltrão o sob o controle dos lavradores — destruídas as sedes das companhias colonizadoras e expulsos mais de uma centena de funcionários — Criada a Junta Governativa para dirigir o município — Ferido o delegado do DOPS e detido o chefe de polícia do Paraná — Ilegais os títulos de propriedade da CITLA, depois de aprovado pela Câmara Federal o parecer do Tribunal de Contas — A terra pertence a quem a trabalha — Solidariedade nacional aos posseiros

que os contingentes da Polícia Militar e da Polícia Montada (recom-criada) enviada ao sudoeste, não têm o objetivo de desarmar, expulsar e punir os jagunços, mas desarmar os posseiros e obrigá-los a se submeter às imposições das companhias colonizadoras.

Os Posseiros Instituem o seu Governo em dois Municípios

Esta situação levou a que os posseiros e toda a população da zona conflagrada, não confiem na polícia nem nas medidas e promessas do governo do Paraná. Por isso, vêm os posseiros insistindo no envio de tropas federais, por parte do governo do sr. Juscelino Kubitschek. Enquanto estas forças não chegam, os posseiros defendem os seus bens e sua vida de armas na mão.

Para libertarem Pato Branco e Francisco Beltrão da sanha sanguinária das companhias colonizadoras, as respectivas populações assumiram o controle daqueles municípios. Em Pato Branco, quatro mil lavradores armados, inclusive mulheres, prenderam um ma-

ior da polícia e 20 soldados, se apoderaram das armas, criaram uma Junta Governativa para substituir o prefeito e demais autoridades que haviam fugido. Os escritórios das companhias foram destruídos completamente, os arquivos foram jogados na rua, sob os aplausos do povo.

A Junta Governativa foi escolhida em Assembleia geral da população e ficou constituída de 26 membros, dos quais 5 foram escolhidos pacíficos. Esse fato revela o espírito democrático e ordeiro do nosso homem do campo.

Dois dias depois da tomada de Pato Branco, três mil lavradores destituíram o prefeito de Francisco Beltrão, assumindo o governo da cidade. A exemplo do que ocorreu em Pato Branco, o prefeito e demais autoridades locais fugiram. O escritório da CITLA foi destruído pelos posseiros que se apoderaram dos veículos da Cia. e passaram a utilizá-los para o transporte de homens aos vários pontos do município. Dezenas de jagunços foram presos e mais de 100 funcionários da

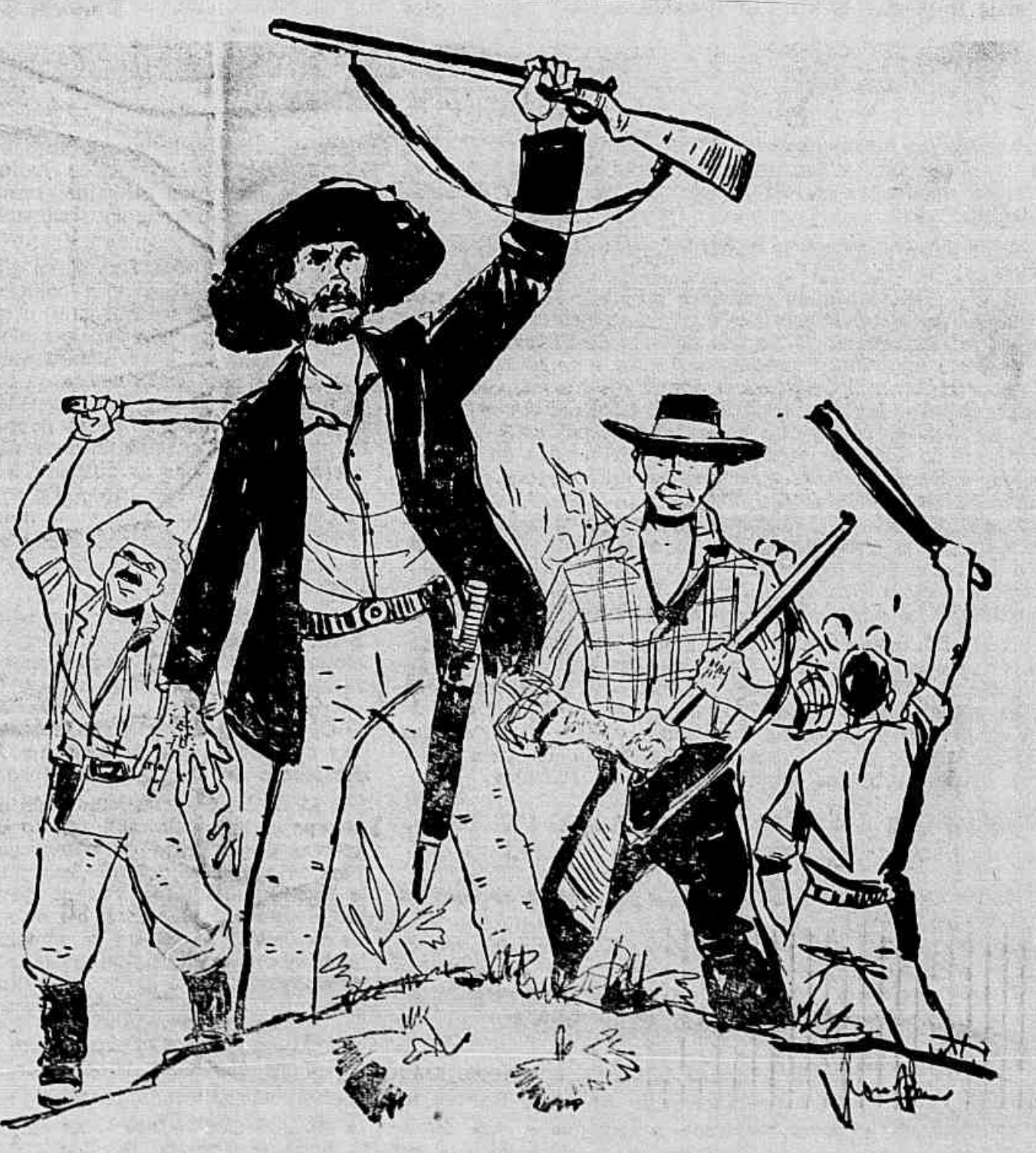
CITLA foram expulsos do município que se acha sob o controle dos posseiros e a proteção do Exército.

Um fato que vale ressaltar. Em ambos os municípios controlados pelos lavradores, a fúria popular se voltou exclusivamente contra as sedes das companhias colonizadoras. As repartições públicas nada sofreram, estando guardadas por posseiros armados.

Ferido o delegado do DOPS e detido o Chefe de Polícia

O sr. Leônio Barbosa, delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná foi ferido num encontro que teve com um grupo de posseiros, na cidade de Santo Antônio, quando se preparava para reprimir grupos de lavradores que ocupavam as estradas.

O delegado, aproveitando a escuridão da noite, conseguiu escapar, fugiu para as redondezas. Três soldados foram feridos e alguns investigadores foram desarmados e presos.



Em algumas das fábricas Ipiranga já fer os operários em greve e o piquete do Sindicato dos Têxteis quando recebiam a adesão da última turma que trabalhava, às 22 horas do dia 14. Desde então é total a paralisação da indústria têxtil paulista.

A IMPORTÂNCIA DAS ELEIÇÕES DE 1958

UM leitor de Niterói pergunta-nos se podemos esperar importantes modificações políticas no país em consequência das eleições de 1958.

poderão sair fortalecidas das eleições, o que inevitavelmente provocará reflexos na composição e na orientação do próprio governo da República. Assim, pois, existe a possibilidade de dar um grande passo, em 1958, no sentido de alcançar aquela modificação da política brasileira, numa direção progressista e democrática, de que nos fala Prestes no seu último informe.

As eleições de 1958 constituirão, além disto, uma batalha preparatória do pleito presidencial de 1960. Devemos tê-lo em vista, a fim de empregar todas as forças com o objetivo de ganhar o máximo de posições em 1958.

As eleições constituem uma batalha, que exige a mobilização com grande antecedência. O espontaneísmo seria um grande mal. O máximo de atenção deve ser dedicado agora ao alistamento, visando qualificar eleitoralmente o maior número possível de cidadãos. É necessário igualmente o estudo cuidadoso dos partidos políticos nos Estados e municípios, a fim de preparar, com base na realidade local, os acordos e alianças eleitorais.

Ao mesmo tempo, é indispensável compreender que a luta eleitoral, que se aproxima, não está desligada das lutas concretas de momento atual, quer se trate das reivindicações nacionalistas ou dos movimentos por aumento de salários e contra a carestia da vida. Tudo o que as forças antiliberárias e democráticas fizerem agora aumentará as suas possibilidades de êxito na pugna eleitoral de 1958.

A ISTO respondemos de modo positivo. E nesse terreno devemos nós, os comunistas, examinar, de um ponto de vista autocrítico, uma série de conceitos e preconceitos, que assinalamos a respeito das eleições e que não correspondem às necessidades objetivas da nossa situação.

Em virtude da linha geral sectária, que dominou no Partido durante muitos anos, formou-se a respeito das eleições uma atitude abstencionista ou de subestimação da sua importância como instrumento de luta política. Embora pretendendo-se amparada em princípios, a verdade é que essa atitude, ainda persistente em nossas fileiras, infringe os princípios mais elementares de uma tática marxista-leninista.

As eleições constituem, atualmente, um dos processos mais importantes de luta política em nosso país. Deles participam massas de milhões. Tal fenômeno não é negativo, mas, ao contrário, bastante positivo, porque indica o fortalecimento de uma tendência à democratização, que é favorável às massas.

Sabemos que, no regime vigente em nosso país, as eleições estarão sempre submetidas a restrições antidemocráticas, principalmente aquelas derivadas do fato de que o poder econômico se encontra em mãos das classes exploradoras, concentrando também em suas mãos maior peso de propaganda, de influência social, etc. É inevitável, porém, que, mesmo nos quadros do atual regime, as eleições já

permitiram às massas populares a conquista de significativas vitórias. Além disto, muito ainda pode ser feito para ampliar o caráter democrático das eleições, através de uma reforma da Lei eleitoral, que conceda o voto aos analfabetos e às praças das forças armadas, que elimine as discriminações contidas no artigo 58, etc. O retorno do Partido Comunista à legalidade é outra importantíssima medida, que contribuirá para garantir ainda mais a democratização do processo eleitoral.

O que não devemos, porém, perder de vista é a necessidade de participar das eleições de 1958, mesmo com a vigência da atual lei eleitoral. Qualquer atitude abstencionista seria profundamente nociva.

A importância das eleições não reside apenas em que elas nos permitem comparecer perante as massas e realizar a agitação e propaganda de nossas palavras de ordem. Está claro que este é um aspecto que merece atenção porém não é justo reduzir a ele toda a nossa atividade eleitoral. O que mais nos deve preocupar é a possibilidade de influir, através das eleições, no rumo dos acontecimentos políticos, transformando-as num fato de significação positiva.

Esta possibilidade existe. As eleições de 1958 aprofundarão a divisão entre nacionalistas e entreguistas em todas as esferas da política nacional e permitirão eleger para os postos executivos e legislativos numerosos representantes das correntes nacionalistas. Estas

LIGAR O PARTIDO ÀS TAREFAS CONCRETAS DO MOVIMENTO DE MASSAS

Resolução do CR do Norte do Paraná — As reivindicações imediatas das massas camponesas e a luta dos posseiros em defesa dos seus direitos — A participação dos comunistas no movimento nacionalista

Em reunião realizada em fins do mês passado, o CR do PCB do Norte do Paraná debateu os documentos da última reunião plenária do Comitê Central do Partido.

No 1º item da Resolução que aprovou, ressalta o CR do Norte do Paraná a importância do Informe de Prestes para a luta contra o sectarismo no trabalho de massas.

Nos itens seguintes, afirma a resolução: «2º) Particular atenção foi dispensada ao exame das atividades do Partido no campo.

Constatou o CR do Norte do Paraná, que é urgente tomar medidas concretas no sentido do reforçamento do Partido, em particular nas grandes concentrações camponesas. Levando em conta o desemprego nas cidades e a migração de um grande número de trabalhadores para o campo, a perspectiva do aumento da produção para o ano de 1958, a disposição das massas de darem continuidade à luta pelo pagamento do salário mínimo, férias, pelo direito de plantar, conclui que se aproximam grandes lutas, para as quais o Partido deve estar à altura de colocar-se à frente das massas, de orientá-las e dirigi-las.

3º) Com a apresentação de uma intervenção especial, o CR do Norte do Paraná examinou a situação nas zonas de posseiros e a luta que vêm travando os posseiros, em defesa das suas terras. Depois de longo debate conclui:

- 1) Que frente às condições existentes no país e no Estado, existem amplas possibilidades de se encontrar uma saída satisfatória para o problema das terras na medida em que os posseiros se unirem, se organizarem e procurarem junto às autoridades constituídas, apoiados num amplo movimento de massas, fazerem cumprir o artigo 82 da Constituição do Estado e o que dispõe a legislação de terras, que lhes garante o direito à posse da terra em que trabalham.
- 4º) Partido do exame feito pelo camarada Prestes em seu informe, sobre o movimento nacionalista, e CR debateu com espírito crítico e autocrítico suas atividades junto às massas e reconhece que o seu trabalho junto delas, não corresponde às condições objetivas existentes. O CR atribui o trabalho ainda débil nessa frente a dois fatores:

1 — O sectarismo ainda arraigado no Partido que, apesar de combatido, resiste com forças e tem impedido, em certos momentos, o desenvolvimento do movimento nacionalista em certas zonas e em certos casos colocado o Partido a reboque do movimento;

2 — A falta de uma ampla divulgação entre as massas do significado do movimento nacionalista, de seus objetivos, de seu programa, no sentido de esclarecer as massas sobre o significado da luta antiliberária travada por nosso povo.

5º) O CR, depois dos debates travados em torno do Informe do camarada Prestes e compreendendo o significado das eleições presidenciais de 1960 resolve que o Partido deve:

- 1 — Manter contactos com os diversos partidos e forças políticas em todos os municípios;
- 2 — Lançar a mais ampla campanha pelo alistamento eleitoral;
- 3 — O CR deve estudar e definir dentro de um prazo curto nossa posição tática frente às eleições que se aproximam

6º) Por último, conclui o CR, ser necessário travar a luta ideológica permanente em suas fileiras, no sentido de possibilitar a vigilância ante as tendências revisionistas e liquidacionistas, cuja fonte reside na influência da ideologia pequeno burguesa em nosso Partido, encontrar métodos mais usados de nossas relações com as massas e com as próprias organizações do Partido desenvolver amplamente a democracia em suas fileiras e garantir o princípio consagrado da direção coletiva.

Comitê Regional do Norte do Paraná

Corrigir os Erros Sectários Para Ligar-se às Massas

RESOLUÇÃO DO C.R. PIRATININGA EM TORNO DAS ÚLTIMAS DECISÕES DO COMITÊ CENTRAL

Reunido em sessão plenária o Comitê Regional do P. C. B., de Piratininga decidiu dar seu pleno apoio aos documentos e resoluções aprovadas na última reunião do Comitê Central do Partido.

Na resolução, que deu a público, afirma o C. R. Piratininga:

«O C. R. P., incluindo a análise crítica e autocrítica das atividades do Partido na Região, nestes últimos anos à base do Informe do C. C., e dos debates do Pleno considera que os erros aqui foram predominantemente de caráter sectário, decorrência da linha geral do Partido e dos métodos errôneos de direção. A responsabilidade principal por esta situação cabe aos Secretariados, que centralizavam em suas mãos a orientação do Partido, absorvendo as atribuições do C. R. Isto, no entanto, não exclui a responsabilidade dos Comitês anteriores, que dirigiram o Estado e o Município de São Paulo, e do atual Comitê Regional Piratininga. O C. R. P. considera que para a superação dos erros e debilidades existentes é indispensável um exame aprofundado, crítico e autocrítico, de todo o Partido na Região, de sua atividade pontica e partidária no período a que nos referimos.

O C. R. constata que não ainda acentuada as contradições entre a direção e as bases do Partido na Região, decorrência de uma falsa concepção das relações entre as direções, particularmente do Presidium com o C. R., e deste com os demais organismos do Partido. Estas violações dos métodos leninistas de direção e a ausência de uma justa tática causam grandes prejuízos ao nosso Partido».

ASSIMILAR E APLICAR AS IDEIAS DO INFORME DE PRESTES

A resolução do C. R. Piratininga encerra-se com as seguintes palavras:

«O C. R. P. constata com espírito autocrítico que o Partido não está aproveitando suficientemente as condições objetivas favoráveis e não tem sabido responder com presteza aos acontecimentos, fatos que prejudicam a conquista de novos êxitos.

O C. R. P. considera que o início da apreciação autocrítica do C. C. contida no Informe do camarada Prestes está favorecendo o nosso processo autocrítico e nos fornecendo elementos para uma compreensão mais justa das difi-

culdades e dos defeitos no trabalho do Partido na Região. Sem dúvida, foram obtidos êxitos e tivemos experiências positivas em nosso trabalho, sempre que soubemos aplicar uma justa política de massas, apoiada ao conjunto do Partido.

O C. R. P. em face dessa situação, considera que deve redobrar de esforços para colocar-se à altura de suas responsabilidades, e melhorar o nível do trabalho de direção, tornando-o mais operativo e mais ligado às bases. Para o combate efetivo a burocracia ainda existente e a fim de elevar a atividade das organizações de base e ligar mais o Partido às massas é urgente o entrosamento de todos os militantes do Partido nas organizações de base e de massa. A fim de reforçar a democracia interna do Partido é imprescindível a atenção de todas as direções à realização das assembleias das organizações de base. Torna-se ainda indispensável reforçar o C. R. aplicando-se as normas estatutárias.

O C. R. P. deve tudo fazer para melhorar seu estilo de trabalho de direção, apoiando-se na sabedoria coletiva do Partido na Região.

O C. R. P. resolve, também, criar comissões para elaborar a tática eleitoral na Região, subordinada à tática nacional; a política de organização; a política com relação à intelectualidade; e ouvir mais o Partido, para ajustar a política de agitação e propaganda, a sindical e a de finanças. O C. R. P., resolve, ainda, formar uma Comissão para realizar o balanço dos debates, na Região, sobre o Projeto de Resolução do C. C., de outubro de 1956.

O C. R. P. conchama todo o Partido a travar com entusiasmo a luta pela assimilação e aplicação das idéias e diretrizes do Informe do camarada Prestes de conformidade com as condições de cada local. Faz-se necessário, porém que o Partido não fique voltado para si mesmo e que procure impulsionar mais e mais o movimento de massas pelo aumento de salário e contra a carestia, pelo desenvolvimento do movimento nacionalista, pelas liberdades democráticas pelo alistamento eleitoral, pelo direito de voto aos analfabetos e por outras reivindicações sentidas das massas.

Todos os comunistas devem compreender que o sentido revolucionário verdadeiro de seu trabalho está, mais do que nunca, na atividade entre as massas, em sua organização e em sua direção nas lutas em defesa da paz da democracia e da independência nacional.»

Teoria e Prática

SÔBRE O SECTARISMO QUE NADA PÔE EM DÚVIDA

G. DIMITROV

Na situação atual, é o sectarismo, o sectarismo repleto de suficiência, como nós o denominamos no projeto de resolução, que entrava antes de tudo nossa luta pela realização da frente única o sectarismo satisfeito com seu espírito doutrinarista estreito, com seu isolamento da vida real das massas, contente com seus métodos simplificados de solucionar os problemas mais complexos do movimento operário à base de esquemas estereotipados, o sectarismo que tem pretensões à ansiedade e considera superfluo aprender com as massas, assimilar as lições do movimento operário. Numa palavra, o sectarismo que, como se diz, não põe nada em dúvida. O sectarismo repleto de suficiência não quer nem pode compreender que a direção da classe operária pelo Partido Comunista não se consegue automaticamente. O papel dirigente do Partido Comunista nas batalhas da classe operária deve ser conquistado. Para isso, não basta declamar sobre o papel dirigente dos comunistas mas, através de um trabalho de massas diário e de uma política justa, merecer, conquistar a confiança das massas operárias. Isso só será possível se nós, comunistas, levarmos seriamente em conta, em nosso trabalho político, o nível real de consciência de classe das massas, o seu grau de maturidade revolucionária; se nós apreçarmos com justiça a situação concreta, não à base de nossos desejos, mas à base de que existe na realidade. Devemos pacientemente, passo a passo, facilitar às grandes massas sua passagem às posições do comunismo. Não devemos esquecer jamais as palavras de Lênin, quando nos advertia com toda a energia de que "trata-se justamente de não acreditar que aquilo já está maduro para nós, está maduro para toda uma classe, para a massa". (Lênin: "O esquerdismo, doença infantil do esquerdismo").

Serão pouco numerosos hoje, em nossas fileiras, os elementos doutrinaristas que, na política de frente única, pressentem somente perigos, sempre e por toda a parte? Para esses camaradas, toda a frente única não constitui senão um perigo. Mas esse "espírito de princípio" sectário é apenas a impotência política ante as dificuldades da direção imediata da luta das massas.

(Do informe ao VII Congresso da Internacional Comunista, 1935).

IV Congresso Sindical Mundial

No dia 4 de outubro, instalou-se solenemente na cidade alemã de Leipzig, o IV Congresso Sindical Mundial convocado pela FSM.

Mais de 700 delegados, de 72 nações, ali se encontravam, atendendo ao apelo que no início deste ano lançou aquela poderosa organização internacional. Os mais prestigiados dirigentes sindicais de todo o mundo reuniram-se num novo encontro, para discutir os grandes problemas que preocupam hoje o proletariado mundial.

No centro dos debates, colocou-se a questão da unidade — a maneira de vencer a divisão que ainda hoje existe no movimento operário, caracterizada pela existência de mais de uma organização sindical, dividindo assim as forças das massas trabalhadoras, na luta em defesa de melhores condições de vida.

Importante Informe de LOUIS SAILLANT

«A tarefa do IV Congresso — afirmou o secretário geral da Federação Sindical Mundial, Louis Saillant — consiste em tornar mais eficaz a luta dos trabalhadores do mundo inteiro, em defesa de suas reivindicações inalienáveis e contribuir para o fortalecimento da solidariedade dos trabalhadores dos diferentes países. A unidade do movimento sindical mundial é o problema mais importante que deve ser discutido pelo Congresso».

Depois de analisar a atual situação internacional e destacar o crescimento das forças populares que se pronunciam contra o imperialismo, L. Saillant afirmou que o movimento sindical mundial deveria intensificar a luta contra o colonialismo e pronunciar-se energeticamente contra a guerra na Argélia. Propôs a criação de um comitê sindical internacional de solidariedade aos trabalhadores argelinos.

Os monopólios capitalistas, acrescentou o secretário geral da FSM, aumentam a exploração dos trabalhadores e aproveitam o aumento da produtividade do trabalho para obter lucros fabulosos.

Tratando da questão do assenso do movimento sindical, informou Saillant que os sindicatos de todo o mundo reúnem hoje mais de 160 milhões de trabalhadores. O ritmo mais elevado de crescimento dos sindicatos se verificam nos países socialistas,

o que revela a importância crescente e a influência dos sindicatos, ali onde a classe operária derrubou do poder os monopólios capitalistas.

Referiu-se ainda o secretário da FSM à contribuição dos trabalhadores para a defesa da paz e sua participação na luta pelo desarmamento e a cessação das experiências com armas nucleares, bem como pela redução das despesas militares.

Louis Saillant concluiu os trabalhos de todos os países a esforçar-se pela ampliação dos laços fraternais entre todas as organizações sindicais e a lutar energeticamente pelo restabelecimento da unidade sindical internacional.

«Os trabalhadores exigem — disse ele — que a coalizão internacional dos monopólios capitalistas se oponha uma ampla coalizão internacional das forças sindicais da classe operária. O Comitê Executivo da FSM propõe ao Congresso convidar todas as organizações sindicais nacionais a elaborar em conjunto um programa mínimo de ação, aceitável para os sindicatos de todos os países. Esse programa servirá de base para o acordo internacional dos sindicatos, o qual deverá assegurar a unidade da ação dos sindicatos, em defesa das exigências vitais dos trabalhadores. Esse acordo internacional deve assegurar também os preparativos para criar uma organização sindical mundial única».

Em seu informe, tratou L. Saillant de 9 importantes questões: 1 — A justiça das decisões do III Congresso Sin-

dical Mundial, que ficou demonstrada pelas lutas dos trabalhadores de todo mundo; 2 — Apreciação da evolução da situação internacional; 3 — A luta contra o colonialismo e a solidariedade operária internacional; 4 — Sobre as condições de vida e de trabalho das massas operárias; 5 — O crescimento das ações sindicais no mundo, as lutas operárias e a necessidade da unidade; 6 — Contra a violação dos direitos sindicais dos trabalhadores, pelo reforçamento desses direitos e o funcionamento democrático das organizações sindicais; 7 — O desenvolvimento econômico e o progresso social nos países socialistas; 8 — A contribuição dos sindicatos e das massas trabalhadoras na defesa da paz; 9 — Desenvolvimento dos laços fraternais e das relações internacionais entre todas as organizações, pela reconstituição da unidade no movimento sindical internacional.



A delegação brasileira ao IV Congresso Sindical Mundial, vista durante a realização de uma das sessões plenárias

Contra o Fechamento da Fábrica de Tecidos

Depois de quase um ano de ameaças, despedidas em massa de operários, intimidações e represálias de toda ordem, visando o fechamento da empresa para fins de especulação imobiliária, foi fechada a Fábrica de Tecidos Confiança, no Distrito Federal. Foram assim lançados à rua, ao desemprego, mais de 1.500 trabalhadores têxteis que, com suas famílias, perfazem alguns milhares de pessoas.

Há poucos meses, foram dispensados 203 tecelões — era uma tentativa dos patrões de levar os operários à greve, para com esse pretexto, poder fechar a empresa. A ameaça foi, porém, desmascarada pelos trabalhadores, que obrigaram os patrões a readmitir grande parte dos operários, após um vigoroso movimento de protestos pela imprensa, junto às as-

sembléias legislativas, ao próprio presidente da República.

NAO SE CONFORMAM OS TRABALHADORES

Os operários da Fábrica Confiança não aceitaram passivamente o fechamento da empresa. Estão dispostos a utilizar todos os meios para conseguir sua volta a funcionamento e a readmissão de todos os trabalhadores. Isso, aliás, está ocorrendo em vários outros Estados, especialmente no Nordeste do Brasil, onde já foram fechadas também várias fábricas têxteis.

Quatro comissões foram eleitas, entre os operários dispensados, para entender-se com as autoridades e encontrar uma solução satisfatória. Propõem os trabalhadores a intervenção na Fábrica, pelo presidente da República, uma vez que a Confiança é devedora do Banco

do Brasil. Dessa maneira a fábrica poderá funcionar sob responsabilidade do governo, por intermédio do Banco do Brasil.

Aquelas comissões deverão procurar a Câmara dos Deputados, o Ministro do Trabalho, Ministro da Guerra e o Presidente da República Trabalhadora para em contato estreito com o Sindicato dos Têxteis, a quem caberá coordenar todas as suas atividades.

Os operários da Confiança, cuja firmeza e combatividade já foram tantas vezes demonstradas estão decididos a resistir até o fim contra a fome e o desemprego e por seu legítimo direito ao trabalho.

Apoio ao C.C. do P.C.B

Recebemos, com pedido de publicação, as resoluções aprovadas pelas seguintes organizações de base do P. C. B.

O. B. de TABATINGA (ARARAQUARA)

A assembléia apoiou por unanimidade o informe de Prestes ao C. C.. Aprovou ainda decisão que expulsou Agildo Barata das fileiras do Partido.

O. B. DE VILA CARRO (TATUAPÉ)

A assembléia da O. B. de Vila Carro aprovou moção ao C. C., congratulando-se com a posição tomada em defesa da unidade do Partido e pela expulsão do divisionista Agildo Barata.

A CIÊNCIA ASTRONÔMICA AO SEU ALCANCE O VOO NO ESPAÇO CÔSMICO

O sábio soviético Arí Sternfeld, Prêmio Internacional de estímulo à Astronáutica e colaborador no lançamento do «Sputnik», primeiro Satélite Artificial da Terra, mostra que o homem irá dentro de breve prazo à Lua, Marte e outros astros.

Um livro necessário a quem queira estar em dia com a evolução da nova ciência da Astronáutica — Cr\$ 60,00.

Aguarde para este mês:

O ABC DO SISTEMA SOLAR

V. G. FESENKOV

Uma cosmografia popular, do eminente sábio soviético, necessária ao leigo e ao estudioso — Cr\$ 100,00.

SATÉLITES ARTIFICIAIS E OS VÓOS INTERPLANETÁRIOS

ARÍ STERNFELD

Livro editado na União Soviética poucos meses antes do lançamento do «Sputnik». Nêle, o autor fornece dados interessantíssimos para a compreensão da importância do satélite — Cr\$ 60,00.

A venda nas boas livrarias e na EDITORIAL VITÓRIA LTDA.

Rua Juan Pablo Duarte, 50 — Sobrado Rio de Janeiro — D.F.

VITORIOSOS OS SAPATEIROS PAULISTAS

25% DE AUMENTO SALARIAL, SEM TETO

Após 18 dias de greve, conquistaram os sapateiros paulistas um aumento de 25%, sem teto, no julgamento do dissídio coletivo, realizado no Tribunal Regional do Trabalho.

Apesar da intransigência patronal, da resistência dos industriais de calçados, que apresentaram farta documentação, tentando provar sua impossibilidade de conceder o aumento, conseguiram os trabalhadores, graças à sua firmeza e à solidariedade das demais categorias profissionais, obter uma significativa vitória.

O apoio recebido pelos sapateiros ficou demonstrado também na sessão do TRT que concedeu o aumento, com o grande comparecimento de grevistas e dirigentes sindicais, número jamais registrado em São Paulo.

OS PONTOS DO ACÓRDO

No acordo firmado entre operários e patrões, fica estabelecido que será concedido um aumento de 25%, sem teto, servindo como base para cálculo de aumento os dias 21-8-1956 e 24-9-56, respectivamente, para os trabalhadores do soldado e palmi-

lhado e para os trabalhadores das empresas filiadas ao Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de São Paulo.

O acordo terá vigência de um ano, a partir de 9-10-57. Além disso, haverá compensação dos aumentos espontâneos concedidos entre as datas-base e a data de julgamento do dissídio.

Quanto aos empregados admitidos posteriormente à data-base, terão direito a um aumento proporcional no custo de vida, entre a data de admissão e a data de julgamento do dissídio.

ORDENADO A CESSAÇÃO DA GREVE

Imediatamente após a assinatura do acordo, os tenentes do Comitê de Greve a volta ao trabalho. Um grande baile de congratramento da categoria profissional deverá ser realizado nos próximos dias a fim de comemorar a vitória alcançada.

Destacaram os dirigentes da greve dos sapateiros, a importância da solidariedade que receberam dos demais trabalhadores, bem como dos estudantes e de toda a população da capital paulista.



CONTINUARÃO FIRMES NAS TERRAS QUE CULTIVAM

MEMORIAL DOS LAVRADORES PARA EN- SUS UNIDADE PARA A DEFESA DE SUAS POSSES — REPELIDAS NUMA ASSEM- BLÉIA DA U.L.T.A.P. AS PRETENSÕES DOS GRILEIROS — MEMORIAL AO GO- VERNO DO ESTADO SOLICITANDO PRO- VIDÊNCIAS PARA GARANTIR A POSSE DA TERRA AOS CAMPONESES

BELEM (Do Correspondente) — A ação de grileiros está sendo em sobressalto os lavradores do município de São Miguel de Guamá, neste Estado.

Há dezenas de anos estão localizados em terras devolutas daquele município paraense centenas de lavradores. Em maio do corrente ano, apareceu em Guamá um tal sr. Ataulpa Pimentel de Castro que, arrogando-se dono daquelas terras, demarcou-as e passou a cobrar rendas extorsivas aos lavradores. Mas não ficou ali a ação arbitrária do grileiro Pimentel de Castro. Como todos os grileiros, fez ameaças, invadiu roçados, instituiu o terror em toda aquela região, pretendendo extirpar os lavradores de suas posses.

MEMORIAL DA AUTORIDADES

Diante da investida do grileiro, os lavradores logo compreenderam que para defenderem suas posses e seus bens criados com tanto sacrifício se fazia necessário unidade e organização. Sem demora organizaram em Guamá uma sub-sede da ULTAP, como base para a defesa de suas terras.

Em meados de setembro último, reuniram-se em assembléia mais de uma centena de lavradores das localidades de Matupirituba e Ajul. Após repelir as pretensões dos grileiros Pimentel de Castro e Mari Parente, decidiram trabalhar na terra sem temer as ameaças e extorsões dos grileiros.

Para tornar público o seu protesto contra a ação dos grileiros e para dar ciência dos fatos ocorridos em Guamá às autoridades estaduais, os posseiros, através de sua organização, enviaram ao Secretário de Obras Públicas e Colonização do Estado do Pa-

ra o seguinte abaixo assinado:

«Nós abaixo-assinados lavradores habitantes nas localidades de Matupirituba e Ajul, situadas no Município de São Miguel de Guamá, vimos por meio deste, protesta, contra os atos do sr. Ataulpa Pimentel de Castro, e solicitar de V. Excia., a anulação dos mesmos que passam a expor: No mês de maio do corrente ano, o sr. Ataulpa Pimentel de Castro, tendo o cargo do R. de Janeiro, apareceu nessa localidade acima referida, acompanhado do Sr. Vicente Soares Belo, residente em São Domingos do Capim, e começaram a uma demarcação de terras nas localidades atingindo grande extensão de terras, (várias léguas em quadro) e habitadas por centenas de famílias de antigos lavradores e terminado o citado trabalho em fins de julho. Concluiu a citada demarcação, o sr. Ataulpa Pimentel de Castro, apareceu em casa de lavradores cobrando soma em dinheiro, umas elevadas, outras em menor quantidade. Vários lavradores pagaram, outros não pagaram. A uns, esse sr. exigia pagamento dando prazo sobre pena de expulsão e a queimada de suas casas.

A outros que resistia a esse pagamento, ameaçava com processo, polícia e cadeia. Antes da chegada desse Sr. nos citados lugares, vivíamos trabalhando com nossos fami-

lias em completo sossego, hoje vivemos desassossegados.

Hoje tomamos conhecimento de que pretendem tomar nossas terras e legalizar as mesmas perante o Departamento de Obras, Terras e Viação do Estado, para em seguida negociar com as mesmas com certas companhias estrangeiras. Hoje, o sr. Ataulpa Pimentel, invade propriedades nossas, vai em retiros onde se está fabricando farinha ou outro trabalho nosso, montado em cima de cavalo, como um coronel de chicote na mão, ameaça matar lavradores caso não faça o que exige, fato esse acontecido sábado passado dia 14 do corrente mês com um lavrador e que causou revolta entre muitos lavradores que presenciaram. Perguntamos a V. Excia., como vamos viver daqui em diante com: nossas famílias, se estamos proibidos de trabalhar a terra onde nos viu nascer e vivermos há longos anos trabalhando para o sustento de nossos filhos e pelo desenvolvimento de nosso Estado? para onde podemos ir? esperamos que V. Excia., de conhecimento destes atos ao Exmo Sr. Governador do Estado e que seja tomada urgentes providências no sentido de podermos começar os nossos trabalhos que se acham paralisados e que está prejudicando vários pais e famílias de lavradores nos citados lugares.

A Revolução de Outubro e o Movimento Sindical Brasileiro (CONCLUSÃO)

tudo nas grandes empresas. Particularmente nos últimos anos, esta tem sido uma das maiores preocupações do movimento sindical brasileiro. As grandes greves por setores — metalúrgicos, têxteis, marítimos, etc. — e o início da constituição nas empresas, particularmente nas maiores, de organismos sindicais, têm permitido aos sindicatos de Brasil reforçar suas fileiras e alcançar importantes êxitos no caminho do fortalecimento da sua organização.

Queremos destacar ainda que têm sido precisamente os representantes da classe operária soviética aqueles que mais se têm batido no seio do movimento operário internacional, para que o movimento sindical dos diversos países, particularmente aqueles que sofrem a opressão do imperialismo, realize o estudo sistemático das experiências adquiridas com o fito de encontrar as vias e caminhos específicos de sua organização e fortalecimento, as formas de expressão da unidade, os métodos peculiares de arregimentar as massas para as organizações sindicais.

Quando nos preparamos para comemorar o 40º aniversário da grande Revolução Socialista de Outubro e ao lançarmos o caminho trilhado, é com orgulho que constatamos ter a classe operária brasileira, desde o seu nascedouro, ligado seu destino histórico à sorte do proletariado que primeiro tomou em suas mãos o poder político, construiu pela primeira vez na história da humanidade o socialismo e marcha confiante para o comunismo. A convicção de que empreendemos o caminho justo infunde-nos confiança e fé no futuro, a certeza de que a humanidade marcha para o comunismo, o mesmo se dando, por conseguinte, com o povo brasileiro, encabeçado pela classe operária e seu partido de vanguarda, ao lado do grande e glorioso povo soviético.

CONTINUAM EM ARMAS...

Conclusão da página Central

Por interferência de pessoas de prestígio, junto aos posseiros, inclusive um médico, o legado foi medido na cidade e transportado para Curitiba.

O próprio chefe de polícia do governo Lúpion, ficou detido durante 16 horas pelos posseiros, em Francisco Beltrão. O sr. Pinheiro Junior fora aquela cidade, no sábado último, e ao saber que a mesma se achava sob o governo dos posseiros, ao desembarcar no aeroporto, se viu envolvido pelos homens em armas e logo escoltado para a cidade. Toda a população veio para a rua, postando-se em frente da Rádio local, para onde foi levado o chefe de polícia. O povo fazia ameaças e exigia o cumprimento das promessas do governo, no que se refere a purificação e expulsão dos elementos das companhias colonizadoras.

O sr. Pinheiro Junior achava-se acompanhado do coronel do Exército, Rubens Barra. Esse fato foi que determinou a sua liberdade e seu regresso a Curitiba.

Illegais as Companhias de terras e possível uma solução legal

A justa causa por que se batem os lavradores do sudoeste do Paraná, acaba de obter uma importante vitória. Apreciando o ato do Tribunal de Contas da União, que negou registro à escritura de transferência das terras da União para a CITLA, a Câmara Federal, por 103 votos contra 63, aprovou a referida decisão.

Com esse pronunciamento, o título de propriedade da CITLA sobre as terras do Sudoeste paranaense foi considerado ilegal. Ficou evidenciado o caráter de expolição das companhias do sr. Lúpion contra um patrimônio nacional.

Agora, faz-se necessário ir

ao encontro dos anseios dos lavradores. É preciso que se entregue o título de propriedade ao posseiro, com o preenchimento das exigências legais pelos mesmos. Aliás, os posseiros nunca negaram nem se negarão a pagar um preço justo pelas terras que ocupam. O que eles não querem é serem expoliados como pretendiam as companhias colonizadoras.

A terra deve pertencer aos que a trabalham. Hoje mais do que nunca têm os lavradores paranaenses, direitos às terras que desbravaram, que cultivaram com seu suor e que defendem com seu sangue e suas vidas.

A solução legal para o problema dos posseiros é possível e por ela se empenham os próprios posseiros, lutando de arma na mão. É indispensável ativar a solidariedade nacional aos posseiros, a fim de apressar a vitória de sua justa causa.

Mais Uma Organização Camponesa no Pará

BELEM (Do Correspondente) — Mais uma organização de camponeses acaba de ser fundada neste Estado, ampliando e fortalecendo a atividade da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP) na zona Bragantina.

No dia 11 de setembro último, após uma concorrida palestra sobre a III Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, há pouco realizada nesta capital, foi fundada em Poços de S. João, no município de Castanhal, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. No fim da reunião foi eleita e imediatamente empossada a sua primeira diretoria.

O Plano Nacional de Eletrificação...

CONCLUSÃO DA 12ª PÁG.) admite que outros 3.000.000 de kw serão instalados por fora do Plano, reservando-se assim extenso campo à iniciativa privada, tanto nacional como estrangeira, sem qualquer restrição à ulterior expansão dos trustes.

O «Plano de eletrificação», tal como está redigido, não se chegaria portanto com a orientação entreguista proclamada pelo Sr. Juscelino Kub-

tschek em seu discurso de balanço de 18 meses de governo, no qual declara tranquilamente que a «meta» de 2.000.000 de kw a que se propõe, até 1960, será atingida principalmente através das usinas de Peixoto (4.000.000 kw), subterrânea de Cubatão (390.000 kw), Piratininga (250.000 kw) — a primeira pertencente à Bond and Share, e as duas outras à Light; — e de mais duas unidades em Paulo Afonso (160.000 kw), a serem inauguradas em 1960, conforme anuncia a Mensagem Presidencial. Dos empreendimentos citados nominalmente pelo Presidente da República como principais, o único que não será realizado pelos trustes é a ampliação de Paulo Afonso, que agora se sabe será integralmente cedida ao truste norte-americano de alumínio «Kaiser».

Quanto aos empreendimentos a serem inaugurados depois de 1960 destaca-se o de Furnas, de que tratamos especialmente em outro local, e que assim como o de Três Marias, não figura entre as usinas especificadas no «Plano». Entre estas últimas consta aliás como «ajuda» a «zona da Light» a famosa

Usina do Salto, cuja construção pela Central do Brasil o truste obstruiu no passado. Agora esta usina iria ser construída pelo Estado para «fornecer energia em grosso» à Light. É sabido que a concessão de fornecimento de luz e força ao Distrito Federal pertencia à Light através da Société Anonyme du Gás. Em 1945 todos os direitos desta empresa e todo o seu acervo deveriam ter revertido gratuitamente ao Governo. A concessão foi no entanto prorrogada «enquanto a empresa bem servir», dando-se-lhe a seguir a autorização para as obras de Santa Cecília. Aprovado o «Plano» e a lei da «Electrobrás», tal como estão redigidos, essa prorrogação dada à Light de mão beijada estaria definitivamente consolidada, pois a responsabilidade da falta de energia não seria mais da Light e sim do governo, quem passaria a caber a obrigação de construir usinas «suplementares», cobrindo os «deficits de energia» dos trustes. Só este exemplo mostra a necessidade imperiosa e urgente de ser emendado o projeto de lei do «Plano Nacional de Eletrificação».

Ameaçado o Código de águas.

(CONCLUSÃO DA 12ª PÁG.)

de faltas do concessionário que, pela legislação atual, o fariam perder os direitos à concessão, teria agora o Governo Federal que indenizá-los pelo valor de seus investimentos, diminuídos apenas de uma multa «até 30% do capital social».

A primeira consequência da transformação em lei do projeto seria o aumento geral de tarifas, em todo o país. Ao mesmo tempo a aprovação sumária das «reavaliações», pelo Ministério da Agricultura, e a supressão da cláusula de continuidade, consolidariam de tal forma a posição dos trustes que qualquer empreendimento

Barragem de Furnas...

(CONCLUSÃO DA 12ª PÁG.)

ta para a realização do empreendimento com participação da Light e da Bond and Share. Esses rumores foram confirmados pela mensagem presidencial do sr. Juscelino Kubitschek, onde se lê: «Para construir essa usina está sendo constituída uma empresa sob o controle do Governo Federal (51% das ações com direito a voto), com participação financeira dos governos de Minas Gerais e São Paulo, bem como da Light e das Empresas Elétricas Brasileiras concessionárias das áreas em que mais agudamente se prevê uma próxima crise de energia» (pag. 158).

Além disso o comunicado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico sobre o acordo do trigo revela que a usina de Furnas será financiada com boa parte do produto da venda do trigo excedente norte-americano aos consumidores brasileiros. Operações desse tipo, baseadas no citado acordo, estão sujeitas ao prévio exame do Export Import Bank. Patentela-se assim mais uma vez o grande e suspeito interesse do imperialismo norte-americano pela construção da usina de Furnas, dentro do esquema adotado pelo Governo, isto é, como usina a ser posta ao serviço da Light e da Bond and Share.

Outro aspecto da questão é que a obra, principais de construção da usina, serão entregues a firma estrangeira — para a capacidade das firmas nacionais já tenha ficado patenteada com a construção de Paulo Afonso.

O povo brasileiro tem interesse na construção de usinas como a de Furnas. O inabarcável, porém, é erguê-la para beneficiar a Light e a Bond and Share, que ficarão com a parte do lucro nos lucros do empreendimento.

VOZ OPERÁRIA

Mário Alves

MATRIZ:
Av. São Branco, 277, 17º and. s/ 1.712 Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Núm. avulsos	2,00
Núm. atrasados	—

Aérea ou sob registro despesas à parte

Preço no R. G. São Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte 1,00

Goiás e Interior de Amazonas e Territórios 4,00

Outros Estados 3,00

M. Gerais 2,50

SUCURSAS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n° 84 s/ 28. 7º and. — Tel. 37-4983.

PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n° 66, s/ 43.

RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º and. —

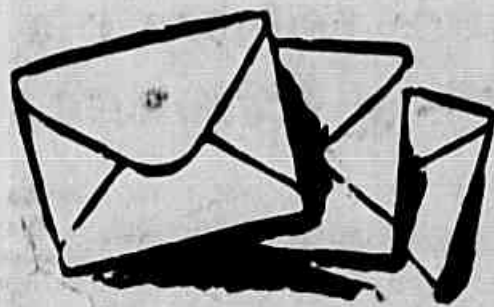
FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n° 1.248 — s/ 326

JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Selas 3 e 4.

Leia

DATEORIA MARXISTA DO CONHECIMENTO

De M. Rosental



Correspondência



Em pleno coração da cidade de São João da Boa Vista, uma faixa preta cobre a parte superior da torre de petróleo, simbólica, como protesto do povo à visita de Carlos Lacerda.

Repudiada em São João da Boa Vista a Presença de Lacerda e Sua Troupe

SÃO JOÃO DA BOA VISTA (Do correspondente) — Teve enérgico repúdio da população desta cidade do interior paulista, a visita da chamada «caravana da liberdade» chefiada por Carlos Lacerda.

Anunciada para o dia 5 a chegada dos ases do golpe, na véspera, a Frente Popular Trabalhista composta de democratas e nacionalistas de vários partidos, mandou imprimir e fez distribuir fartamente na cidade, um boletim com o título: «Al vem éle, o Corvo». Nesse volante se fazia uma série de perguntas à Carlos Lacerda sobre suas atividades golpistas, entreguistas e demagógicas e ao mesmo tempo se alertava o povo para as calúnias, mentiras e difamações de destacadas personalidades do governo federal, particularmente do general Teixeira Lott, utilizadas nos comícios da U.D.N.

VOLANTES E FAIXAS PRETAS ALERTARAM O POVO PARA NÃO COMPARECER AO COMÍCIO — POLICIAIS ARMADOS ATÉ DE METRALHADORAS INCLUIDOS ENTRE AS 500 PESSOAS QUE ASSISTIRAM À ARENGA GOLPISTA — ATAQUES AOS NACIONALISTAS E COMUNISTAS — O POVO NÃO TOMOU CONHECIMENTO DA PRESENÇA DO CORVO

Ainda com repúdio aos golpistas, a Frente Popular Trabalhista fez colocar em vários pontos da cidade faixas, pretas, como simbolo do pesar da população, pela indesejável visita do corvo Lacerda e seus correligionários do golpe.

A iniciativa da FPT obteve os melhores resultados. O comício do dia 5 foi um fracasso. Incluindo-se as caravanas vindas dos municípios vizinhos e cerca de 100 policiais armados até de metralhadoras, foi possível reunir

um aglomerado de 500 pessoas.

Durante o comício falaram Herbert Levy, Juracy Magalhães e Carlos Lacerda. Os dois primeiros, de mistura com seus ataques aos elementos nacionalistas do governo de J.K., atacaram a União Soviética e a Hungria, tudo de acordo com o figurino do Departamento de Estado Americano.

Carlos Lacerda, como sempre, concentrou o seu ataque no sr. João Goulart, no general Lott e nos comunistas.

Nisso consistiu o comício da «caravana da liberdade». Nenhum problema do mun.

O Camarada Abelardo Paulo

Faleceu no dia 5 de outubro na cidade de Campos, Estado do Rio, aos 52 de idade, o antigo combatente da classe operária Abelardo Paulo. Operário consciênte, há mais de 30 anos ingressara nas fileiras do P. C. B., que ajudou a organizar na cidade de Campos.

Depois de prolongada enfermidade faleceu esse abnegado revolucionário camponês, cercado de solidariedade e do carinho de seus companheiros. Ao seu enterro compareceu inúmeros trabalhadores e ao baixar o corpo à sepultura falou, em nome do Partido que Abelardo Paulo tanto honrara, o seu camarada operário Barreto.

clípio foi ventilado. Nenhum dos oradores tratou das reivindicações do povo. Em compensação, o povo de São João da Boa Vista não tomou conhecimento da presença do Corvo e sua troupe.

EM MARINGÁ (NORTE DO PARANÁ)

A Exploração Semifeudal dos Colonos Da Fazenda SANTO ANTONIO

Baixos salários, trabalho gratuito e outras cláusulas opressivas para o Ano Agrícola de 1957/58 — O colono, um eterno devedor do fazendeiro — Trabalho de sol a sol, desde os 7 anos — A vida pode mudar, com a luta e a organização

Na fazenda Santo Antonio, localizada no município de Maringá, no Estado do Paraná, trabalham 6 famílias de colonos nas piores condições de vida e de trabalho. O salário que elas recebem não atende às suas menores necessidades e está muito longe de ser o salário-mínimo exigido por lei.

Por cada 1.000 pés de café que tratam, aquelas famílias recebem 2 mil cruzeiros anualmente. Além de pagarem um salário de fome, os srs. João Bartolatto e Luiz Duarte, proprietários da fazenda, estabeleceram a norma de pagamento de dois em dois meses.

Por um dia de trabalho de sol a sol com o capataz a vista, a fazenda paga a mingua da importância de 50 cruzeiros, sem que o colono tenha direito a possuir nenhuma criação, nem mesmo uma vaca leiteira para as crianças ou um animal de sela para a carroça. Durante este ano, os colonos muito mal puderam colher um pouco de milho e feijão com que amenizaram um pouco a sua triste situação.

Uma velha e conhecida lenda dos fazendeiros é fazer dos colonos eternos devedores. Isto não é difícil conseguir porque, quem marca tudo, quem faz as contas é o fazendeiro, o que não permite malacções por par-

te dos trabalhadores. Assim, os colonos não só percebem baixos salários, como são ainda enganados nas contas. Os velhos pitões Os senhores da fazenda Santo Antonio não querem ver os colonos com dinheiro. Eles costumam dizer: «pra que trouxa com dinheiro?». Os fazendeiros tiram o que podem da força de trabalho dos colonos, deixando-os apenas com o suficiente para manterem-se de pé com suas famílias. CONTRATO PARA O ANO AGRÍCOLA DE 1957/58

Para o novo ano agrícola que se inicia, os proprietários da fazenda Santo Antonio estabeleceram uma fórmula de contrato no qual se fixa o preço de 3 mil cruzeiros para o trato de 1.000 pés de café, com o direito, apenas de o colono plantar milho, feijão, arroz e amendoim em uma parte reduzida do cafezal e não em todo cafezal como é comum e do interesse dos colonos.

Em outra parte do contrato se determina que serão pagos 3.500 cruzeiros pelo trato de cada 1.000 pés de café, porém o colono fica privado de plantar, seja o que for no cafezal. No mesmo contrato se estipula que o dia de trabalho será pago a 50 cruzeiros. A colheita de um saco de café de 110 litros é pago a 50 cruzeiros, com pagamento efetuado de dois em dois meses.

Pelo contrato, os colonos ficam obrigados a conservar os esgotos nos carroceiros, zelar pela replanta de café, sem nada receberem por esse trabalho. Caso o colono não cumpra com essa cláusula, será descontado no pagamento do salário a importância correspondente a esse serviço.

Como vemos, esta é uma forma de exploração semi-feudal injustificável, mas não é a única utilizada pelos donos da fazenda Santo Antonio. Ali é exigido da família do colono um dia de trabalho gratuito por ano, para cada mil pés de café que toca. Como existem famílias que tocam de 10 a 20 mil pés de café, ficam essas famílias obrigadas a trabalhar de graça para o fazendeiro, de 10 a 20 dias por ano.

Levando em consideração todas essas formas de exploração e acrescentando-lhes a completa ausência dos direitos já assegurados na Legislação Trabalhista, tais como férias, repouso remunerado, estabilidade, etc., verifica-se que os colonos da fazenda Santo Antonio trabalham em condições de quasi servidão.

COME, VESTE E CALÇA PÉSSIMAMENTE

Aos colonos da fazenda Santo Antonio não lhes sobra dinheiro pra vestir ou calçar. Até mesmo a Alparagata Roda, que é o tipo de calçado inferior, muitos deles não podem comprar. Seu alimento é invariavelmente o

arroz e o feijão sem carne. Esta muito raramente entra na casa do colono, quasi somente por ocasião do Natal. JUVENTUDE OPRIMIDA E EXPLORADA

A mocidade da fazenda Santo Antonio tem também, uma vida sem conforto, sem divertimento, trabalhando de sol a sol para ajudar a família. São jovens que não conhecem a vida própria aos de sua idade. Como seus pais, são explorados e oprimidos pelo fazendeiro.

As crianças se criam analfabetas por não existirem escolas e por não poderem frequentá-las, ainda que elas existissem, de vez que, desde os 7 anos de idade, os filhos dos colonos começam a trabalhar para ajudar os pais.

Enquanto isso, bem diferente é a vida do fazendeiro e de sua família. Possui carro, come e veste bem, tem boa casa, educa bem os filhos e não trabalha. É o parasita que vive da exploração de dezenas de colonos.

Esse é o quadro geral das famílias de colonos que vivem na fazenda Santo Antonio. Não obstante levarem uma vida dura, os colonos não se mostram desanimados. Começam a crer que essa situação pode mudar e mudar para melhor se ao invés de viverem dispersos e desorganizados, se unirem dentro do seu sindicato e lutarem por seus direitos.

A BATALHA DA DIFUSÃO

É justo registrar o novo aumento de cerca de 10% na difusão do nosso jornal no D.F. Nesse aumento se incluem os seguintes aumentos dos tranviários cariocas e de nossa agência de S. Gonçalo, que vem cumprindo um plano há 10 meses, alcançando ótimos resultados. Com o restabelecimento de algumas agências e novo aumento de Santos, VOZ OPERÁRIA deu um novo impulso para elevar o nível de sua circulação.

AGÊNCIAS RESTABELECIDAS: Cachoeira do Macaço, Altair, Maciú, Alvaros Machado, e Ponte Nova.

REDUÇÃO DE COTAS: Pompeia em 50%.

NOVAS ASSINATURAS: Patos de Minas (1); São Joaquim da Barra (1); Prudente (3).

RECLAMAÇÃO DE ASSINANTE: Os nossos assinantes de Pres. Prudente e Boa Vista (Rio Branco), estranham a irregularidade na entrega de suas assinaturas de VOZ OPERÁRIA. Endereçamos essas reclamações aos Correios aguardando providências para a regularização imediata da entrega de VOZ aos nossos assinantes.

AVISO IMPORTANTE: Chamamos a atenção dos nossos agentes para a necessidade de pagamento, até o fim do mês, das remessas de jornais de setembro, a fim de ser evitada uma possível interrupção nas remessas. Fomos obrigados a suspender algumas cotas por falta de pagamento.

POSTA RESTANTE

SÃO PAULO: Recebemos de Alcides (D.F.) uma carta de condenação ao grupo revisionista de Agildo Barata.

UBERLÂNDIA: Recebemos de J. G. Diniz, uma entrevista feita com o Sr. Afrânio Rodrigues da Cunha. Deixamos de publicá-la por considerarmos que a publicação de tal entrevista deveria estar em um jornal local. Muito grato, volte a escrever.

UBERABA: (MG) — Da Olga C. de Freitas, recebemos texto de uma entrevista feita com o Dr. José Soares Bilharsine. Deixamos de publicar a referida entrevista, pelas mesmas razões acima expostas ao nosso correspondente de Uberlândia.

Quanto às observações e sugestões contidas em sua carta, estamos examinando para o possível aproveitamento de algumas delas. Muito obrigado.

PAGAMENTOS DE 12.10 e 14.10.57: Cachoeira de Macaço, João Pessoa, Vitória, Salvador, Culabá, Recife, Patos, Campina Grande, Altair São Paulo, Manaus, e Campina Grande.

NOVO AGENTE — Mar garata.

ANIVERSÁRIO DE UM AMIGO DE VOZ OPERÁRIA

Transcorreu a 15 de setembro a data natalícia de Antonio Ribeiro da Silva, um dos bons difusores de Voz Operária no Distrito Federal. Uma família amiga, da Rua Afonso de Albuquerque, ofereceu ao aniversariante uma feijoada a que compareceram inúmeros leitores de «Voz» inclusive sambistas do bairro que improvisaram um animado regional. No seu discurso de agradecimento o homenageado reafirmou as suas convicções sobre a necessidade de maior união e organização do povo na luta por uma vida melhor.

Eletrificação Para Desenvolver e Emancipar a Economia Nacional

QUATRO projetos governamentais estão em curso no setor da energia elétrica: o da Eletrobrás, o Plano Nacional de Eletrificação, o de reavaliação dos investimentos das empresas estrangeiras e o da barragem de Furnas. Apresentamos, a seguir, um breve exame desses projetos cujo debate se impõe no momento presente em que o movimento nacionalista encontra concretamente, em vários Estados, os trustes de energia elétrica, que constituem sério entrave ao desenvolvimento econômico do país.

A BARRAGEM DE FURNAS

MUITO se tem falado ultimamente de dois grandes projetos hidroelétricos do Governo: as barragens de Furnas e de Três Marias. A barragem de Três Marias, no alto São Francisco, além de regularizar a vazão do rio, suprimindo as grandes enchentes e tornando-o mais navegável, proporcionará uma potência de mais de um milhão de kw. A barragem de Furnas, para situar-se à no Rio Grande, no Estado de Minas Gerais, próximo à fronteira de São Paulo, será comparável às maiores realizações hidroelétricas do mundo. Do ponto de vista técnico e econômico as opiniões são unânimes no apoio a Três Marias, mas surgem frequentemente restrições quanto a Furnas. Além dos inconvenientes ligados à inundação de uma grande e fértil área de Minas Gerais, julgam

muitos técnicos que nas condições atuais seria preferível cuidar em primeiro lugar do aproveitamento integral dos vales do Paraíba e do Tietê.

Sem querer entrar nesse aspecto da discussão, não é possível no entanto deixar de combater o esquema adotado pelo Governo para a constituição da empresa que irá construir e explorar Furnas. O interesse dos trustes por esse projeto já se tornara evidente quando a COBAST, empresa técnica do grupo Light, se incumbira dos estudos definitivos. Começaram depois a circular notícias de que o Governo brasileiro estava organizando uma empresa mix-

(CONCLUI NA 10ª PÁG.)

A energia elétrica deve deixar de ser um monopólio dos trustes imperialistas — Importância da iniciativa governamental através da Eletrobrás — Necessidade de impedir a aplicação de certos dispositivos em favor dos trustes — O plano nacional de eletrificação — Alteração no código de águas para «reavaliar» os investimentos da Light e da Bond and Share — A quem deve servir a barragem de Furnas?

Colocar a Eletrobrás a Serviço Exclusivo do Povo Brasileiro

JÁ APROVADO na Câmara dos Deputados, encontra-se já quase aprovado no Senado o projeto de criação da Eletrobrás.

A criação da Eletrobrás merece o apoio das forças nacionalistas, uma vez que seu objetivo é o de colocar nas mãos do governo mais um instrumento de iniciativa em prol da emancipação econômica do país. O Brasil necessita multiplicar as suas disponibilidades de energia e, nesse terreno, a intervenção estatal é indispensável. A construção de grandes centrais elétricas poderá ser um

fator de impulsionamento da indústria nacional, para cujo progresso a energia insuficiente e cara tem sido um dos obstáculos.

A Eletrobrás será uma empresa do governo federal, não impedindo, pois a iniciativa legítima dos governos estaduais, já em pleno desenvolvimento, por exemplo, em Minas e no Rio Grande do Sul. A cooperação entre a Eletrobrás e as empresas análogas dos Estados poderá vir a ser, aliás, bastante útil.

A Eletrobrás, além disto, não terá caráter de monopólio estatal como a Petrobrás. Não se pode igualar o petróleo à energia elétrica. Aquela tem reservas limitadas e esta provém de fontes inesgotáveis. Para a ação governamental, aplicada sobretudo aos grandes sistemas elétricos, é justo que sejam ajudadas as empresas privadas de capitais estritamente nacionais, que são concessionárias de produção e distribuição de energia elétrica em numerosos municípios do interior.

FECHAR O CAMINHO PARA OS TRUSTES

Ao mesmo tempo, vem sendo uma exigência formulada em diversas plataformas do movimento nacionalista, a de que a exploração da eletricidade se torna uma esfera econômica vedada ao capital estrangeiro. Essa reivindicação nasce da própria experiência de muitos anos de atuação dos dois grandes trustes imperialistas, a Light e a Bond and Share, que produzem cerca de 70% da energia elétrica em nosso país. Para grande número de patriotas já se tornou claro que

um passo indispensável consiste em nos libertarmos desses trustes. É de notar, por sinal o nível mais elevado a que já está atingindo a luta contra filiais da Bond and Share em Minas, no Rio Grande do Sul e na Bahia.

Se queremos nos emancipar do jugo da Light e da Bond and Share, é inaceitável que o governo agora se proponha aliar, no setor da energia elétrica, ao capital estrangeiro (no caso, aqueles trustes).

Ora, o projeto de criação da Eletrobrás encerra dispositivos, que abrem caminho precisamente para isto. Ao apolar tal projeto, os nacionalistas não podem deixar de focalizar tais dispositivos, visando impedir a sua aplicação, de tal maneira a colocar a futura Eletrobrás inteiramente a serviço do progresso nacional.

DISPOSITIVOS QUE É PRECISO ELIMINAR

Os dispositivos a que nos referimos são os seguintes:

1 — A Eletrobrás, segundo o projeto de lei, funcionará ao lado da iniciativa privada, TANTO NACIONAL COMO ESTRANGEIRA e terá como ENCARGO FUNDAMENTAL (art. 2, § 1) construir centrais elétricas e linhas de transmissão PARA FORNECER ENERGIA EM GROSSO AOS ATUAIS CONCESSIONÁRIOS DE DISTRIBUIÇÃO (art. 1, § 2 do projeto de lei do «Plano Nacional de Eletrificação»). De acordo com este último projeto serão «respeitados os direitos adquiridos» desses atuais concessionários, isto é, serão «respeitadas» as concessões da Light e da Bond and Share.

2 — A Eletrobrás, ao contrário da Petrobrás, poderá ter acionistas estrangeiros até 49% do seu capital. O projeto não exige, como na Petrobrás, que esses acionistas sejam brasileiros ou sociedades compostas de sócios e acionistas brasileiros, e não impede a penetração dos trustes por nenhum outro dispositivo.

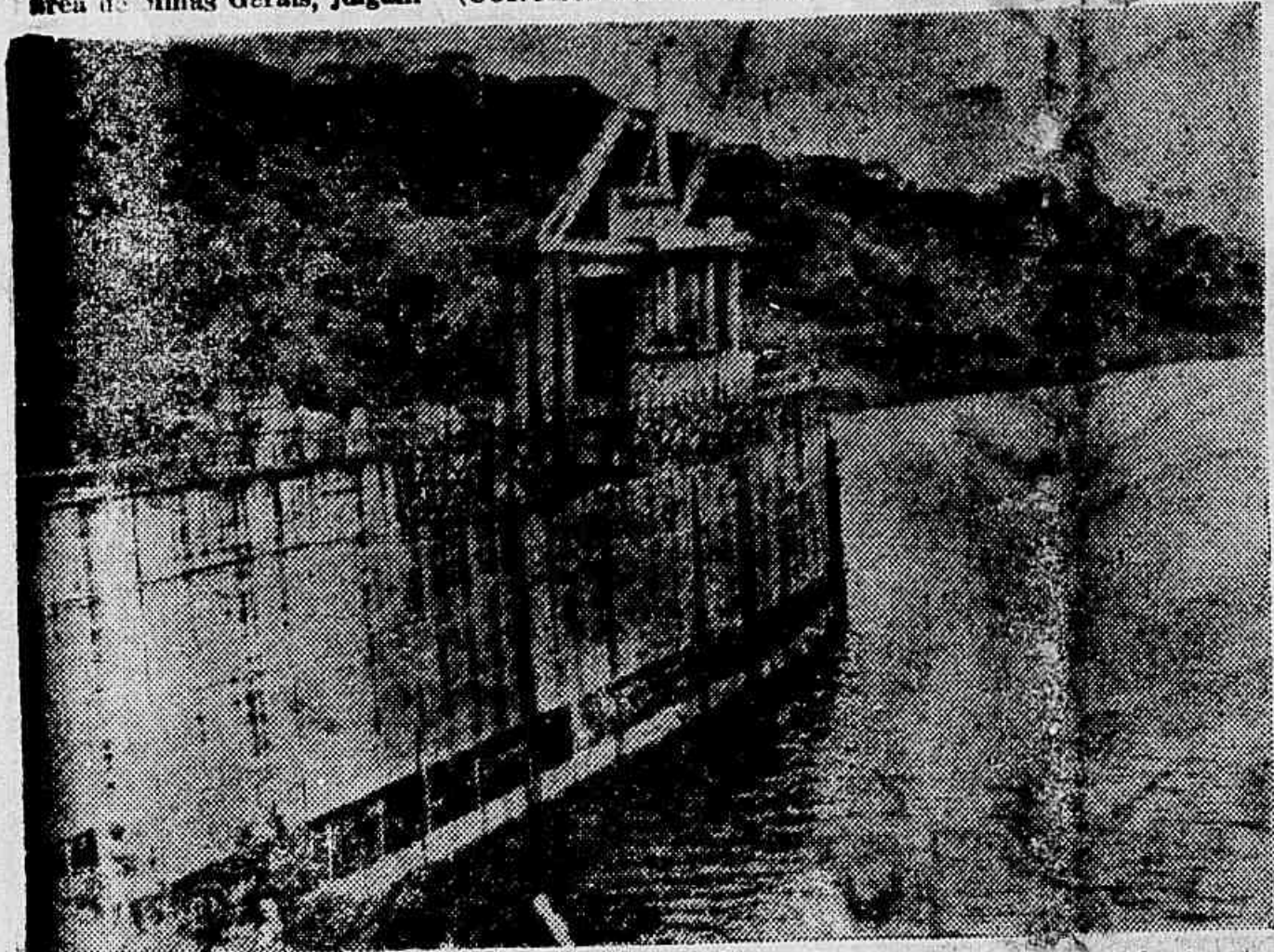
3 — A Eletrobrás, quando autorizada pelo Presidente da República, poderá tomar ações de empresas privadas, inclusive estrangeiras, mesmo em minoria (art. 13, § 4).

4 — A Eletrobrás, deverá agir através de empresas subsidiárias. Quando estas empresas tiverem atingido «maturidade econômica» (art. 15, § 1), a Eletrobrás, poderá «fazer cessar a sua participação», isto é, poderá vender as suas ações, deixando as empresas inteiramente em mãos de acionistas privados, nacionais ou estrangeiros. Esse dispositivo permitirá por exemplo que a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, ou empresas como as projetadas para as Usinas de Furnas, ou Três Marias possam ser sumariamente vendidas aos trustes, sem qualquer consulta ao Congresso Nacional, bastando para isso a aprovação do Conselho de Águas e Energia Elétrica.

5 — O artigo 27 do projeto determina que a Eletrobrás, por decisão do Conselho de Águas e Energia Elétrica, deverá suprir energia às atuais empresas concessionárias sem impor paralelamente qualquer restrição aos trustes estrangeiros. A Light e a Bond and Share não poderão mais ser acusadas de mau serviço, quando não produzirem energia em quantidade suficiente, perdendo assim o direito às suas concessões por «inadimplência». O onus passa ao Estado, que deverá corrigir os «deficits» de energia, «respeitando» as concessões. Até mesmo uma emenda que dizia que «os contratos de fornecimento de energia da Eletrobrás a empresas concessionárias de distribuição serão sempre a título precário e não constituirão qualquer direito para as mesmas» foi rejeitada pela Câmara.

Urge portanto impedir que através de tais dispositivos aplicados em favor dos trustes a Eletrobrás seja desviada de suas verdadeiras finalidades. O movimento nacionalista deve se empenhar na salvaguarda da Eletrobrás. Somente assim o dinheiro do povo brasileiro, gasto em obras de eletricidade, reverterá em benefício do próprio povo brasileiro e não dos trustes imperialistas.

(CONCLUI NA 10ª PÁG.)



A barragem de Ribeirão das Lages, pertencente à Light. O polvo imperialista não pretende inverter capitais em novas obras de grande porte. Manobra para tirar proveito das centrais elétricas, que o Estado construirá com dinheiro do povo brasileiro.

Ameaçado o Código de Águas

O PROJETO governamental encaminhado ao Congresso pela mensagem 476, de 19-9-1956, constitui séria ameaça aos dispositivos patrióticos do Código de Águas, e está exigindo séria e imediata manifestação de repulsa por parte das forças nacionalistas. A título de «incentivo à iniciativa privada», sem qualquer distinção entre capitais brasileiros e capitais dos trustes, visa esse projeto na realidade conceder a estes últimos privilégios escandalosos, em detrimento do interesse nacional e da bolsa do povo.

Esse projeto altera o critério do custo histórico, consagrado no Código de Águas, e que vem constituindo o alvo principal dos ataques dos trustes. Permite-lhe que sejam «reavaliados» todos os investimentos escriturados pelas empresas de energia elétrica, e

sem pagamento do correspondente imposto de renda. Todas as inversões feitas antes de 1944 seriam multiplicadas por 5,8; as realizadas entre 1944 e 1946, por 3,0 e assim por diante, sendo tomado como base, a partir de 1955 o índice de preços aprovados pelo Conselho de Águas e Energia Elétrica. Feita a reavaliação, em tarifas serão automaticamente «reajustadas» de três em três anos, a fim de garantir aos capitais assim «reavaliados» um lucro líquido de 12% ao ano. Além das despesas de custeio e desse lucro líquido, as tarifas deverão cobrir a constituição de fundos de depreciação, de reversão, e de pagamentos de amortização de empréstimos. O projeto além disso, suprime na prática a figura de «caducidade». No caso

(CONCLUI NA 10ª PÁG.)

O Plano Nacional de Eletrificação

O PROJETO de lei que cria o «Plano Nacional de Eletrificação» ainda não foi aprovado pela Câmara. As forças nacionalistas estão empenhadas na aprovação imediata de um plano de eletrificação do país, condição primordial do nosso desenvolvimento econômico. O projeto em discussão merece no entanto, sérios reparos e se não for emendado, poderá transformar o Estado em auxiliar dos trustes, colocando ao serviço dos mesmos os recursos do Fundo Federal de Eletrificação e as usinas construídas pelo Governo através da Eletrobrás ou de empresas como a Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

1 — Projeto do Plano de Eletrificação estipula a «articulação» da ação governamental com a iniciativa privada, tanto nacional como estrangeira (art. 1º, § 1), isto é, não faz distinção entre a Light e a Bond and Share, de um lado, e as empresas de capital nacional, de outro lado.

2 — A energia produzida pelas usinas do Estado será fornecida em grosso aos atuais concessionários de distribuição, e portanto à Light e à Bond and Share (art. 1º, § 2).

3 — O Plano dispõe que em outra lei, especial, será «incentivada» a iniciativa privada, tanto nacional como estrangeira (art. 19§). Através desse dispositivo os projetos de lei da Eletrobrás e do Plano se harmonizam com o projeto antinacional de modificação do Código de Águas, objeto da Mensagem 476, do atual Governo.

4 — O Plano prevê a construção de usinas com um total de cerca de 3.500.000 kw, durante um decênio. Desses total 390.000 kw corresponde-

riam à ampliação da Usina Peixoto, da Companhia Paulista de Força e Luz, isto é, corresponderiam a um auxílio direto à Bond and Share. Antecipando-se à aprovação do plano, o Governo já está financiando essa obra com recursos do Fundo Federal de Eletrificação, através do B. N. D. E. Mais 200.000 kw corresponderiam ainda a auxílio direto à Light, para ampliação de uma usina na «zona Light São Paulo». Os restantes 2.910.000 kw corresponderiam a usina da Eletrobrás, para fornecer energia em grosso aos atuais concessionários. Mais de dois terços da capacidade dessas usinas estarão nas zonas de concessão da Light e da Bond and Share, à disposição dos dois trustes. Além disso, a Mensagem que acompanha o Plano em suas previsões para o decênio,

(CONCLUI NA 10ª PÁG.)